

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Rafael Sabini Scherer

**ASCENSÃO DO PARTIDO POLÍTICO PODEMOS NA ESPANHA: uma
perspectiva desde a cultura política**

Porto Alegre

2015

Rafael Sabini Scherer

**ASCENSÃO DO PARTIDO POLÍTICO PODEMOS NA ESPANHA: uma
perspectiva desde a cultura política**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: *Prof. Dr. Marcello Baquero*

Linha de pesquisa: cultura política

Porto Alegre

2015

Scherer, Rafael Sabini

Ascensão do partido político Podemos na Espanha:
uma perspectiva desde a cultura política / Rafael
Sabini Scherer. -- 2015.

88 f.

Orientador: Marcello Baquero.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Podemos. 2. Espanha. 3. Partidos Políticos. 4.
Eleições. 5. Cultura Política. I. Baquero, Marcello,
orient. II. Título.

Rafael Sabini Scherer

**ASCENSÃO DO PARTIDO POLÍTICO PODEMOS NA ESPANHA: uma
perspectiva desde a cultura política**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em 31 jul. 2015.

Prof. Dr. Marcello Baquero (UFRGS) – Orientador

Prof. Dr. Dejalma Cremonese (UFSM)

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro (UFRGS)

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González (UFRGS)

Porto Alegre

2015

RESUMO

A ascensão do partido político Podemos está provocando um “terremoto político” na Espanha. O partido fora criado em 2014 por um grupo de professores da Universidade Complutense de Madri e no mesmo ano converteu-se na grande surpresa das eleições espanholas para o Parlamento Europeu. Pesquisas indicam que o partido pode vencer as Eleições Gerais para o Parlamento da Espanha em 2015, que definirá o novo Presidente do Governo da Espanha, e pôr fim a um bipartidarismo vigente desde a década de 1980 entre PP e PSOE. Esta dissertação busca explicar a ascensão rápida de um partido recém-nascido ao primeiro lugar na intenção de voto dos espanhóis já no mesmo ano de sua fundação. Os resultados apontam que a causa desse surpreendente crescimento pode não residir apenas na crise econômica e no desemprego, que tem atingido principalmente os jovens. Transformações culturais, como a noção dos cidadãos de perda de soberania em virtude de condições impostas pela Troika, a percepção de um *déficit* democrático existente no país, agravado pelos escândalos de corrupção também podem ter influenciado no crescimento eleitoral do Podemos. Esta dissertação reforça os argumentos de que a cultura política possui um peso importante para explicar a estabilidade democrática. Além disso, o Podemos é um caso que fortalece os argumentos daqueles que acreditam que os partidos estão se revitalizando nas democracias modernas, agora através do reestabelecimento de vínculos com a sociedade civil que haviam se perdido nas últimas décadas.

Palavras-chave: **Podemos. Espanha. Partidos políticos. Eleições. Cultura política.**

RESUMEN

El auge del partido político Podemos está causando un "terremoto político" en España. El partido fue creado en 2014 por un grupo de maestros de la Universidad Complutense de Madrid y en el mismo año se convirtió en la gran sorpresa de las elecciones españolas al Parlamento Europeo. Encuestas indican que el partido puede ganar las elecciones generales al Parlamento de España en 2015, que definirá el nuevo Presidente del Gobierno de España, y poner fin a un bipartidismo en vigor desde finales de 1980 entre PP y PSOE. Esta disertación trata de explicar el rápido crecimiento de un partido recién nacido al primer lugar en las intenciones de voto de los españoles que en el mismo año de su fundación. Los resultados muestran que la causa de este crecimiento asombroso puede no solo radicar en la crisis económica y el desempleo, que en su mayoría se ha dirigido a los jóvenes. Los cambios culturales, como la percepción de los ciudadanos de pérdida de soberanía debido a las condiciones impuestas por la Troika, la percepción de un déficit democrático existente en el país, agravada por los escándalos de corrupción también pueden haber influido en el crecimiento electoral de Podemos. Esta disertación refuerza el argumento de que la cultura política tiene un papel importante para explicar la estabilidad democrática. Además, el Podemos es un caso que refuerza los argumentos de aquellos que creen que los partidos están revitalizando en las democracias modernas, ahora por el restablecimiento de los lazos con la sociedad civil que se habían perdido en las últimas décadas.

Descripción: **Podemos. España. Partidos políticos. Elecciones. Cultura política.**

ABSTRACT

The rise of the political party Podemos is causing a "political earthquake" in Spain. The party was created in 2014 by a group of teachers of Complutense University of Madrid, and in the same year it became the big surprise of the Spanish elections for the European Parliament. Surveys indicate that the party can win the general elections to the Parliament of Spain in 2015, which will define the new President of the Spanish Government, and ending the current bipartisanship existing since the 1980s, between PP and PSOE. This dissertation seeks to explain the rapid rise of a newborn party to the first place in the voting intentions of the Spaniards in the same year of its foundation. The results show that the cause of this amazing growth lies not only in the economic crisis and unemployment, which has mostly affected young people. Cultural changes, as the citizen's perception of sovereign loss due to conditions imposed by the Troika and the perception of an existing democratic deficit in the country, compounded by corruption scandals, also may have influenced the electoral growth of the Podemos. This dissertation reinforces the argument that the political culture has an important role in explaining democratic stability. In addition, it strengthens the arguments of those who believe that parties are revitalizing in modern democracies by re-establishing ties with the civil society that have been lost in recent decades.

Keywords: **Podemos. Spain. Political parties. Elections. Political Culture.**

À Bruninha

Agradecimentos

Ao concluir este trabalho, quero agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todos os brasileiros que ajudam a custeá-la;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcello Baquero, pelo incentivo e pelo exemplo;

Aos qualificados professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelos ensinamentos;

Aos colegas politólogos, pelos debates e pelo crescimento conjunto;

Aos colegas de Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL/UFRGS), pelo companheirismo e pelo profissionalismo;

Aos colegas do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul (Sintrajufe/RS), que me ensinaram que a melhor maneira de aprender é vincular a teoria com a prática.

É verdade que podemos votar [...], mas é igualmente verdade que a possibilidade de ação democrática começa e acaba aí. O eleitor poderá tirar do poder um governo que não lhe agrade e pôr outro no seu lugar, mas o seu voto não teve, não tem, nem nunca terá qualquer efeito visível sobre a única e real força que governa o mundo, e portanto o seu país e a sua pessoa: refiro-me, obviamente, ao poder econômico, em particular à parte dele, sempre em aumento, gerida pelas empresas multinacionais de acordo com estratégias de domínio que nada têm que ver com aquele bem comum a que, por definição, a democracia aspira. Todos sabemos que é assim, e contudo, por uma espécie de automatismo verbal e mental que não nos deixa ver a nudez crua dos fatos, continuamos a falar de democracia como se se tratasse de algo vivo e atuante, quando dela pouco mais nos resta que um conjunto de formas ritualizadas, os inócuos passes e os gestos de uma espécie de missa laica (SARAMAGO, 2010).

As correntes democráticas que encontramos na história lembram ondas sucessivas. Todas elas se quebram contra o mesmo recife e no mesmo instante outras se produzem. É um espetáculo reconfortante ao mesmo tempo que entristecedor. A partir do momento em que alcançam certo grau de desenvolvimento e de força, as democracias começam pouco a pouco a se transformar, adotando as formas da aristocracia que antes tão asperamente combatiam. Mas contra a traição levantam-se sem cessar novos acusadores que, após um período de gloriosos combates e de poder sem honrarias, acabam por mesclar-se à velha classe dominante, cedendo lugar a novos opositores que, por sua vez, os atacam em nome da democracia. E esse jogo cruel provavelmente jamais terá fim (MICHELS, 1970, p. 254)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 APORTE TEÓRICO	13
1.1 CONCEITO DE PARTIDO POLÍTICO.....	13
1.2 MUDANÇA DOS PARTIDOS NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS: CRISE OU ADAPTAÇÃO?.....	20
1.3 CULTURA POLÍTICA E FORMAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO ESPANHOL.....	31
2 PODEMOS	42
2.1 ORIGEM E IDEOLOGIA	42
2.2 DINÂMICA, FINANCIAMENTO E ATUAÇÃO NO PARLAMENTO EUROPEU.....	51
2.3 ESTRUTURA E ELEIÇÕES INTERNAS.....	56
2.4 PROGRAMA	58
3 ANÁLISE DE DADOS	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
APÊNDICE A	87
APÊNDICE B	88

INTRODUÇÃO

A ascensão do partido político Podemos está provocando um “terremoto político” na Espanha (EL FENÓMENO, 2014). O partido fora criado em 2014 por um grupo de professores de Ciência Política da Universidade Complutense de Madri, tendo como principal porta-voz Pablo Iglesias Turrión. Já em maio de 2014 o partido recém-nascido converteu-se na grande surpresa das eleições para o Parlamento Europeu, obtendo cinco das 54 cadeiras da Espanha para o Parlamento. Com mais de um 1.250.000 votos (cerca de 8% dos votos válidos), o Podemos apareceu como a quarta força política da Espanha, atrás apenas do Partido Popular (PP), Partido Socialista Obrero Español (PSOE) e da coalizão La Izquierda Plural, que restaram com pouco mais de 26%, 23% e 10% dos votos válidos, respectivamente (MINISTERIO DEL INTERIOR, 2014).

Esse fenômeno chamou a atenção de estudiosos por todo o mundo. Em documento datado de 12 de junho de 2014, 36 intelectuais lançaram manifesto chamado “Apoio Internacional ao Podemos”. Dentre eles encontram-se Noam Chomsky, Antonio Negri, Slavoj Žižek, Mike Davis e Eduardo Galeano. Para eles, em um contexto onde a “paisagem desoladora que as políticas de austeridade desenharam para o Sul da Europa, é acalentador que surjam novas alternativas dispostas a batalhar pela democracia, direitos sociais e soberania popular” (ACHCAR et al., 2014, [s.p.], tradução nossa). Os subscritores do documento sublinham, ainda, que alternativas como a do Podemos buscam fazer política de uma forma nova, “para além da chantagem que condena estes países a dependerem das políticas ditadas pelas elites políticas e financeiras da União Europeia” (ACHCAR et al., 2014, [s.p.], tradução nossa).

O crescimento eleitoral do partido não parou nas eleições para o Parlamento Europeu. Após as eleições municipais de 2015, as duas principais cidades espanholas passaram a ser governadas por prefeitas “indignadas”, que participaram dos protestos do 15-M (ESPAÑA, 2015). Em Madri, a prefeita eleita foi a ex-juíza Manuela Carmena, da coalizão com o Podemos “AhoraMadrid”, após acordo com o PSOE¹. Ada Colau será a primeira prefeita mulher de Barcelona. Sua candidatura, Barcelona en Comú-E (Barcelona em comunidade), formada pelo Podemos e outros

¹ O PP elegeu 21 vereadores; o AhoraMadrid, vinte; o PSOE, nove; e o Ciudadanos, sete. Portanto, o AhoraMadrid só conseguiu eleger a prefeita com o apoio do PSOE (ELECCIONES, 2015).

partidos e com participação ativa de movimentos sociais, foi a mais votada em Barcelona, garantindo onze das 41 cadeiras de vereadores (ELECCIONES, 2015).

Segundo pesquisas, o Podemos já ameaça a hegemonia dos principais partidos espanhóis (MANETTO, 2014). A nova legenda pode vencer as Eleições Gerais para o Parlamento da Espanha em 2015 e pôr fim a um bipartidarismo nacional vigente desde o final da década de 1980. Pesquisas de opinião de institutos como Metroscopia (GAREA, 2014) e o governamental *Centro de Investigaciones Sociológicas* (2014)² colocam o partido encabeçado por Pablo Iglesias em primeiro lugar no voto direto para as Eleições Gerais para o Parlamento em outubro/novembro de 2015, que definirá o novo Presidente do Governo da Espanha.

O que explica a ascensão de um partido recém-nascido ao primeiro lugar na intenção de voto dos espanhóis já no mesmo ano de sua fundação? A origem desse surpreendente crescimento seria apenas um fenômeno conjuntural, relacionado à crise econômica e ao desemprego na Espanha, que atingiu principalmente os mais jovens³? Ou seria o Podemos um partido alavancado também por transformações culturais, como a percepção dos cidadãos de perda de soberania em virtude de condições impostas pela Troika⁴, o descrédito em relação à política tradicional e na percepção de um *déficit* democrático existente no país, agravado pelos escândalos de corrupção⁵? Por fim, que tipo de partido é o Podemos?

Com base nesses questionamentos esta dissertação tem como objetivo central compreender a ascensão do partido político Podemos na Espanha desde o momento de sua criação. Busca-se problematizar que juntamente com a crise econômica, a cultura política espanhola passou por alterações significativas após 2008, fornecendo elementos para mudanças no sistema partidário. Esta hipótese

² As pesquisas do *Centro de Investigaciones Sociológicas* de outubro de 2014 e de janeiro de 2015 colocam o Podemos em primeiro lugar nas eleições gerais para o Parlamento espanhol tanto no voto direto (resposta espontânea) como em simpatia mais voto direto. Contudo, o instituto coloca o partido na terceira posição na estimativa de voto, com critérios pouco claros, gerando críticas de integrante da equipe do Metroscopia (URQUIZU, 2015).

³ Segundo o Gabinete de Estatísticas da Comissão Europeia, o desemprego na Espanha em dezembro de 2014 era de 23,7%, enquanto que entre os jovens o desemprego atingia 51,4% (EUROSTAT, 2014).

⁴ A Troika é formada pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁵ Mariano Rajoy, atual Presidente do Governo da Espanha, em duas oportunidades pediu o perdão dos espanhóis pelos escândalos de corrupção envolvendo a sua legenda, o Partido Popular (CUÉ, 2014b). A primeira vez em 2013, quando Luis Bárcenas, responsável pelas finanças do Partido Popular durante mais de vinte anos, foi preso por crimes fiscais e evasão de divisas (MANETTO, 2014). A segunda em 2014, logo depois que Francisco Granado, Secretário-geral do Partido Popular do PP de Madri entre 2004 e 2011, declarou perante juiz existir uma suposta “caixa 2” no partido (CUÉ, 2014b).

será testada utilizando-se três indicadores: (1) consideração dos espanhóis sobre a União Europeia (o que pode indicar mudança na postura sobre soberania do país frente ao bloco), (2) avaliação da democracia e (3) percepção da corrupção. O método utilizado é de natureza quantitativa, baseada em bancos de dados do *Centro de Investigaciones Sociológicas*⁶.

Este estudo contribui para o debate já tradicional na Ciência Política entre institucionalismo e culturalismo. Os autores institucionalistas de modo geral entendem que as instituições, percebidas como conjunto de regras, normas e convenções que orientam a ação dos atores, explicam a estabilidade democrática. Por sua vez, os culturalistas acreditam que a variável que melhor explica a estabilidade democrática reside na cultura política, compreendida por “orientações políticas – atitudes em relação ao sistema político e suas várias partes, e atitudes acerca do papel de si mesmo no sistema” (ALMOND; VERBA, 1965, p. 12, tradução nossa). De uma perspectiva culturalista, desloca-se o foco de análise do Estado para os cidadãos. O que importa é como o sistema político é internalizado pelas cognições, sentimentos e avaliações dos cidadãos. De maneira geral, estudos de caráter institucional, como o funcionamento de partidos políticos, têm mostrado as dificuldades do sistema político para organizar a vida democrática, pois muitas vezes ocorre certa incongruência entre instituições políticas e cultura política. Isso ocorre porque “os arranjos institucionais vigentes levam em conta os conflitos dentro da institucionalidade e não suas conexões com a sociedade” (BAQUERO, 2013, p. 20). Este trabalho busca explicar a ascensão de uma instituição (partido político) segundo uma perspectiva culturalista: como a cultura política dos espanhóis mudou durante o período em que tem ascendido o Podemos.

A dissertação está estruturada em três capítulos. Dentro do Capítulo 1 – Aporte Teórico – será feito um resgate de autores clássicos que tratam do tema partido

⁶ Os barômetros do *Centro de Investigaciones Sociológicas* possuem âmbito nacional (Espanha); universo: população espanhola de ambos os sexos maiores de 18 anos; tamanho das amostras: 2.500 entrevistas (desenhada), cerca de 2.400 entrevistas realizadas; 240 municípios e 40 províncias, aproximadamente; amostragem polietápica, estratificada por conglomerados, com seleção das unidades primárias de amostragem, e das unidades secundárias (seções) de forma aleatória proporcional, e das unidades últimas (indivíduos) por rotas aleatórias e quotas de sexo e idade; os estratos foram formados pelo cruzamento das 17 comunidades autônomas com o tamanho da população, dividido em 7 categorias: 1) Até 2.000 habitantes; 2) De 2.001 a 10.000 habitantes; 3) De 10.001 a 50.000 habitantes; 4) De 50.001 a 100.000 habitantes; 5) De 100.001 a 400.000 habitantes; 6) De 400.001 a 1.000.000 habitantes; 7) Mais de 1.000.000 habitantes; nível de confiança de 95,5%, com margem de erro de 2% para mais ou para menos (CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS, 2011).

político. Após, será introduzido o debate sobre o lugar dos partidos políticos nas modernas democracias e como surgem novos partidos nas democracias contemporâneas. Ainda no capítulo primeiro, será apresentado um panorama geral de como foi formatada a cultura política espanhola e como se deu a constituição do sistema partidário na Espanha, com a intenção de detalhar o contexto institucional e cultural no qual ascendeu o Podemos. O Capítulo 2 – A Origem do Podemos – analisa o partido em si: sua origem e ideologia; dinâmica, financiamento e atuação no Parlamento Europeu; estrutura e eleições internas; e programa. No Capítulo 3 – Análise de Dados – serão analisados alguns indicadores a fim de se testar a hipótese apresentada nesta introdução. Por fim, dar-se-á lugar às considerações finais.

1 APORTE TEÓRICO

Como um primeiro passo para iniciar a análise da ascensão do partido político Podemos é importante buscar conceituar partido político. Para isso, faremos uma revisão bibliográfica dos autores clássicos que tratam desse tema.

1.1 CONCEITO DE PARTIDO POLÍTICO

Definir partidos políticos não é tarefa fácil. Uma busca pela natureza fundamental dos partidos políticos é complexa pelo fato de que “partido” é uma palavra de muitos significados. O “gênero” partido comporta diversas espécies. Definir precisamente um partido pode ser excluir outro, pois o papel dos partidos varia entre os países e até mesmo dentro de um mesmo sistema partidário (KEY, 1964). Em entrevista para Gerardo Munck, Adam Przeworski (MUNCK; SNYDER, 2007) argumenta que existem vários temas na Ciência Política que não encontram avanços significativos, cujas conclusões não convergem. Entre as subáreas citadas pelo autor como de pouco progresso teórico e metodológico encontram-se os partidos políticos. Em suas palavras: “Nós ainda não entendemos muito bem os partidos políticos. Este realmente é um tópico importante, que temos negligenciado. Nós não entendemos por que os partidos nascem, quais mecanismos os mantêm unidos, e o que é a ‘cola’ da disciplina partidária” (MUNCK; SNYDER, 2007, p. 495, tradução nossa).

Dessa forma, não existe consenso a respeito de uma teoria geral sobre partidos políticos. Martínez López (2009) acredita que essa falta de teoria geral é explicada, em parte, pela pluralidade de enfoques da Ciência Política. Por isso, as tentativas de conceituar e classificar os partidos políticos têm sido bastante vagas. Um exemplo dessa indefinição sobre o conceito de partido é o de Hodgkin: “No momento, é provavelmente mais conveniente considerar como ‘partidos’ todas as organizações políticas que se consideram a si mesmas como partidos e que são geralmente assim consideradas” (HODGKIN, 1961, p. 16, tradução nossa). Por não haver consenso sobre o conceito de partido, sem a pretensão de elaborar aqui um conceito do mesmo, faz-se imprescindível fazer um balanço da bibliografia clássica que trata deste tema.

Para Charlot (1982), os partidos políticos representam fenômeno suscetível de ser estudado sob diversos pontos de vista, como a sua origem, sua estrutura (enfoque estrutural), quanto aos seus objetivos (enfoque funcional), atividades (enfoque comportamental), quanto ao ambiente socioeconômico, regras eleitorais e cultura política, e, por fim, sistemas partidários (enfoque sistêmico). O enfoque estruturalista é o mais antigo, uma vez que os partidos modernos foram essencialmente considerados como sistemas de enquadramento de eleitores e representantes, em outras palavras, como organizações. São exemplos de autores que abordam os partidos políticos com viés estrutural Moisei Ostrogorski, Robert Michels, Maurice Duverger e Samuel Eldersveld.

Atribui-se a Moisei Ostrogorski o crédito de ter escrito o primeiro livro sobre partidos modernos em 1902. A extensa obra "*A democracia e os partidos políticos*" é uma crítica aos partidos políticos ingleses e estadunidenses da época principalmente pelo seu caráter não democrático, porque, primeiramente, os partidos restringiriam as liberdades dos indivíduos para participar ou não em assuntos públicos. Em segundo lugar, os partidos, através do sistema eleitoral, limitariam o leque de opções de representantes, pois a seleção de candidatos a cargos públicos seria feita entre representantes internos às organizações partidárias. Terceiro, os partidos enquadrariam os cidadãos e militantes sob sua estrutura e ideologia, fazendo com que os militantes se tornassem presas fáceis dos líderes, os quais possuíam controle sobre os principais assuntos. A durabilidade dos partidos faria com que os militantes se mantivessem vulneráveis aos desígnios de seus líderes pelo maior tempo possível. Desta forma, os partidos seriam organizações coletivas permanentes e corruptas (REVELES VÁZQUEZ, 2009).

Nesse cenário, acrescenta o autor, a incapacidade das "massas" de se autogovernarem de forma harmônica a faziam aceitar um governo aparentemente democrático, mas na realidade muito distante da genuína representação dos interesses de todos. Desta forma, o papel das massas não era governar, mas o de intimidar, vigiar e pressionar os governantes. Para Ostrogorski, os partidos teriam obtido sucesso em garantir a continuidade do trabalho da máquina governamental, mas fracassado em respaldar o poder dos cidadãos. A alternativa, segundo ele, estaria na eliminação dos partidos permanentes e sua substituição por partidos temporários, baseados em bandeiras específicas e financiados pelos próprios membros. Os partidos se dissolveriam assim que alcançassem os seus objetivos, e

os indivíduos, se assim o desejassem, constituiriam organização distinta com outro fim específico (REVELES VÁZQUEZ, 2009).

No mesmo sentido de que os partidos minam a democracia, Michels (1970)⁷ argumenta que há uma tendência de qualquer organização, inclusive as partidárias, à oligarquia. O autor acredita que a especialização técnica, inevitável em qualquer organização mais ou menos extensa, torna necessária a direção dos negócios. Nesse cenário, o poder de decisão é pouco a pouco retirado das massas e concentrado nas mãos dos diretores. Os chefes, que inicialmente se constituem em meros servidores da massa, não tardam em se tornarem independentes dela. Desta forma, a organização acaba por dividir qualquer partido em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida. A organização seria a fonte de domínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes e dos representantes sobre os representados. Assim, toda organização partidária consiste em uma poderosa oligarquia que se assenta em uma base democrática. O ciclo natural do poder consistiria em emanar do povo para depois se colocar acima dele. Nas palavras do autor:

Quem diz organização, diz tendência para oligarquia. Em cada organização, quer se trate de um partido, de uma união de ofícios, etc., a tendência aristocrática manifesta-se de forma bastante pronunciada. O mecanismo da organização, ao mesmo tempo que dá a esta uma estrutura sólida, provoca graves modificações na massa organizada. Ele inverte completamente as respectivas posições dos chefes e das massas. A organização tem como efeito dividir todo partido ou todo sindicato profissional numa minoria dirigente e numa maioria dirigida (MICHELS, 1970, p. 15).

Em uma perspectiva distinta, de que os partidos políticos são necessários à democracia, Duverger (1970)⁸ argumenta que o desenvolvimento dos partidos estaria ligado ao da democracia, ou seja, à ampliação do sufrágio e das prerrogativas parlamentares. Em outras palavras, quanto mais se estendia o direito de voto, mais necessidade havia de organização dos novos eleitores em comitês eleitorais capazes de dar visibilidade a candidatos e de canalizar votos para eles. A adoção do sufrágio universal, por exemplo, levou ao crescimento dos partidos socialistas na maior parte dos países europeus no início do século XX. Contudo, essa expansão dos partidos socialistas não foi gerada apenas pela ampliação do

⁷ Primeira edição da obra "*Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie*" foi publicada em 1911.

⁸ Primeira publicação do "*Les Partis Politiques*" data de 1951.

sufrágio, de forma automática: também havia o desenvolvimento de sentimentos igualitários e a vontade de eliminação das elites tradicionais.

Segundo o autor, até 1850 não existiam partidos políticos no sentido estrito do termo em lugar nenhum do mundo, salvo nos Estados Unidos. Um verdadeiro partido político seria formado por três elementos: o nascimento de um grupo parlamentar, o surgimento de comitês eleitorais e o estabelecimento de uma ligação permanente entre esses dois elementos. Nas palavras de Duverger (1970, p. 52), “um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país, ligados por instituições coordenadoras”. Pelo menos até 1990, era bastante comum o aparecimento dos grupos parlamentares antes dos comitês eleitorais: de fato, existiram assembleias políticas antes da realização de eleições. Depois disso, passa a ocorrer com frequência cada vez maior o movimento inverso: o comitê eleitoral nasce anteriormente e impulsiona a criação do grupo parlamentar, o que o autor chama de partido de origem externa ao sistema parlamentar.

Em relação aos partidos de origem externa ao sistema parlamentar, o caso mais conhecido é o dos sindicatos, que criaram diretamente inúmeros partidos socialistas. O Partido Trabalhista britânico é um caso típico: nasceu da decisão do Congresso das *Trade-Unions* em 1899 de criar uma organização eleitoral e parlamentar. Não se pode desprezar também o papel das cooperativas agrícolas e dos agrupamentos de camponeses no desenvolvimento dos partidos agrários, os quais manifestaram grande atividade em diversos países, como os da Europa Central e Estados Unidos. No tocante aos grupos de intelectuais, existem diversos exemplos de criação de partidos políticos a partir deles, como a ação da *Fabian Society* no nascimento do Partido Trabalhista britânico e dos grupos estudantis e universitários no surgimento dos primeiros partidos de esquerda, inclusive na América Latina. Apesar de serem numerosos os exemplos de criação de partidos a partir de grupos de intelectuais, Duverger (1970) afirmara que era raríssimo que esses partidos encontrassem em seguida uma base popular que lhes permitissem alcançar sucesso eleitoral num regime de sufrágio universal, e que o fracasso da Reunião Democrática Revolucionária na França, lançada por Jean-Paul Sartre e outros escritores da esquerda, é um exemplo disso. Dessa forma, a emergência de partidos a partir de setores da intelectualidade seria mais propensa a obter êxito em regimes de sufrágio restrito.

As Igrejas e as seitas religiosas também desempenham papel importante na criação de partidos políticos nos Países Baixos, na Bélgica, na França, na Itália e na Alemanha, só para citar alguns exemplos. Do mesmo modo, associações de antigos combatentes também podem ser elencadas como organizações externas capazes de fomentar a criação de partidos, como no nascimento dos partidos fascistas europeus. Ainda, supõe-se que bancos ou grandes empresas influenciaram a evolução dos partidos políticos. Um exemplo disso é a incidência que alguns bancos teriam sobre o nascimento do Partido Conservador canadense em 1854, como o *Banque de Montréal, Grand Trunk Railway e Big Business* (DUVERGER, 1970).

Ainda conforme Duverger (1970), é difícil descrever os mecanismos de criação dos comitês eleitorais, uma vez que dependem preponderantemente do contexto local. Às vezes, o próprio candidato agrupa em torno de si alguns amigos visando à sua eleição ou reeleição. Outras vezes, um pequeno grupo de cidadãos se une para apoiar um candidato em sua campanha. Em outros casos, o comitê nasce de uma associação preexistente. O verdadeiro partido político surge, então, a partir da coordenação permanente entre grupos parlamentares e comitês eleitorais. Assim, a cúpula partidária coordena as atividades dos deputados, enquanto cada um deles busca reforçar seus laços com seu próprio comitê eleitoral, do qual depende a futura renovação de seu mandato. Para que um partido seja oficialmente instituído basta que essas relações passem do plano pessoal para o nível institucional.

Para Eldersveld (1964), os partidos possuem quatro propriedades: em primeiro lugar, o partido político democrático tem uma estrutura aberta, informal e personalizada orientada para o eleitorado (tendência “ônibus” de Michels⁹). Segundo, o partido é uma estrutura de exploração recíproca que busca alcançar o poder: ele é formado por aqueles que o usam para alcançar o poder e mobiliza por uma questão de poder aqueles que se juntariam a ele. Além disso, sendo um corpo que aspira ao poder, deve sofrer com conflitos de seus grupos internos, cujas demandas muitas vezes não convergem. Em terceiro lugar, Eldersveld rejeita a teoria oligárquica de Robert Michels e postula um partido hierarquicamente caracterizado pela proliferação de pessoas e funções dominantes. Em vez de uma unidade de comando centralizada, o autor propõe uma diluição geral do poder em

⁹ A tendência “ônibus” de Robert Michels consiste em uma reorientação dos apelos partidários dos seus membros para o seu eleitorado, e de uma classe do eleitorado para o eleitorado mais amplo. Essas mudanças tendem a produzir um discurso partidário mais moderado (LINZ, 2006).

toda a estrutura, a existência de 'comandos' em cada estrato que operam com considerável grau de independência. O autor chama essa estrutura descentralizada de "estratárquica". Finalmente, o autor levanta a hipótese de vários padrões de carreira dentro dos partidos, rejeitando a noção de um único quadro de elite. Desta forma, o poder não fica restrito à cúpula do partido, mas é partilhado entre vários grupos em diferentes níveis. Assim, o partido político torna-se mais maleável a alterações no meio ambiente.

Nessa perspectiva, Eldersveld (1973), acredita na importância do envolvimento psicológico dos cidadãos com os partidos para a estabilidade e sustentação do sistema partidário nas democracias ocidentais. Seja como aparato organizacional, tendência ideológica, sistema de liderança ou símbolo, o autor alega que os partidos devem ocupar a atenção e lealdade de grandes segmentos da população para as democracias partidárias sobreviverem. "Identificação partidária" tem sido um conceito-chave na análise do comportamento político ocidental. A longevidade dos partidos, a profundidade do compromisso do público com eles, o fortalecimento dos laços partidários ao longo do tempo através de habituação e condicionamento social, o estímulo a essa identificação por meio da socialização familiar nos primeiros anos da vida, e a ligação posterior de identificação partidária para outras atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos são, presumivelmente, as marcas de significativa e duradoura aliança partidária no Ocidente, e, presumivelmente também ajudam a determinar o caráter e a viabilidade da política democrática moderna. A capacidade dos cidadãos de pensar em termos de partidos políticos e apresentar alguma lealdade a eles também consistem em testes de maturidade política.

Giovanni Sartori (1982)¹⁰, por sua vez, acredita que a democracia só foi possível por causa dos partidos. O autor parte de três premissas para definir partido político. Em primeiro lugar, partido não pode ser confundido com facção, uma vez que os partidos, embora comumente criticados, representam uma necessidade e não um mal em si. As facções são desnecessárias e sempre possuem conotação pejorativa, representando um mal por definição. De acordo com Burke (1770), a luta entre facções representa somente uma luta mesquinha e autointeressada por cargos e dinheiro. "Os partidos ligam o povo ao governo, as facções não" (SARTORI, 1982,

¹⁰ Primeira edição da obra "*Parties and Party Systems*" data de 1976.

p. 46). Se, de um lado, os partidos não são facções; de outro, deve-se recordar que os partidos foram precedidos por facções e podem recair em algo que se pareça como uma facção. Isto é, a degeneração partidária para o facciosismo é uma ameaça sempre presente. Isso pode explicar em parte por que o tradicional horror ao facciosismo pode, de tempos em tempos, traduzir-se em rejeição aos partidos. Além disso, essa ameaça também contribui para justificar uma democracia sem partidos, também chamada de democracia direta.

A segunda premissa de Sartori (1982) para definir partido político consiste em admitir que partido semanticamente é parte de um todo. Ou seja, partido transmite e deve transmitir ideia de parte de um todo pluralista, um todo constituído de diversas partes. Embora o partido seja a representação apenas de uma parte, deve ser capaz de governar para o todo, visando ao interesse geral. A noção de interesse geral ou público é sempre discutível, porque existem muitos públicos e muitos interesses. Entretanto, pode-se demonstrar que algumas coisas não são de interesse geral, independentemente da sua definição. Exemplo disso é que para qualquer questão há soluções que beneficiam um ou poucos homens e prejudicam muitos outros. Enfim, a despeito de um partido apenas representar uma parte, essa parte deve adotar uma visão não parcial do todo.

A última premissa estabelecida por Sartori (1982) é de que os partidos devem ser canais de expressão: devem representar um povo e expressar as suas reivindicações. Eles devem servir muito mais para transmitir às autoridades os desejos do povo do que para comunicar ao povo as vontades das autoridades, embora funcionem nos dois sentidos. De forma sucinta, para Sartori (1982), os partidos servem como agências representativas e como instrumentos expressivos. Os partidos representam e transmitem. Em relação à função de representação, o autor lembra que há muita controvérsia sobre o fato de partidos realmente representarem os interesses de seus eleitores, e não de seus membros. Ademais, a representação é possível de outras formas que não sejam através de partidos. Portanto, segundo ele, a teoria da representação não é adequada para explicar os partidos políticos. Assim, a ênfase do autor recai sobre a função de *expressão* dos partidos, não apenas transmitindo informações dos cidadãos para o Estado, mas acima de tudo, transmitindo “reivindicações apoiadas por pressões” (SARTORI, 1982, p. 29, grifo do autor). E mais do que expressar as opiniões, os partidos também as modelam, manipulam, canalizam. Desta forma, os partidos podem ser

considerados como canais de comunicação nos dois sentidos, embora devam se prestar muito mais à expressão advinda de baixo do que à manipulação vinda de cima.

Portanto, revisitando alguns dos primeiros autores que analisaram com mais profundidade os partidos, pode-se perceber que a noção de partido é controversa desde a sua origem. Moisei Ostrogorski já em 1902 advogava a eliminação dos partidos políticos permanentes e sua substituição por partidos temporários, pois a durabilidade dos partidos geraria um maior domínio dos líderes sobre os demais membros e uma tendência à corrupção. Robert Michels, por sua vez, acreditava que os partidos políticos teriam tendência para a oligarquia e uma disposição à aristocratização, como qualquer organização. Em uma direção oposta, Giovanni Sartori considerava que a democracia moderna só fora possível por causa dos partidos. Para Maurice Duverger, o desenvolvimento dos partidos está relacionado com o desenvolvimento da democracia. Por fim, Samuel Eldersveld chama a atenção para a importância do envolvimento psicológico dos cidadãos com os partidos para a sustentação de sistemas partidários em democracias ocidentais. Na próxima seção se analisará o debate contemporâneo sobre os partidos políticos e qual o lugar dos partidos nas atuais democracias ocidentais.

1.2 MUDANÇA DOS PARTIDOS NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS: CRISE OU ADAPTAÇÃO?

Kirchheimer (1972) republicou, em livro organizado por LaPalombara e Weiner, a ideia que desafiou a noção de partido como um representante de setores pré-definidos da sociedade, apontando o declínio dos partidos de massas e a emergência de um novo “*catch-all party*”. Segundo ele, a ascensão desse novo tipo de partido ocorreu em um contexto onde as identidades coletivas estavam enfraquecidas. O autor postulava que os partidos de massas de integração classista passaram a se comportar como partidos *catch-all* a partir do momento que alteraram as suas estratégias, deslocaram seu centro de poder dos membros para as elites partidárias e passaram a competir com um pragmatismo que minava a sua ideologia. O cenário era de crescimento econômico, o que possibilitava a elaboração de programas que não eram mais divisionistas, uma vez que poderiam beneficiar a quase todos os interesses. O desenvolvimento dos meios de comunicação também

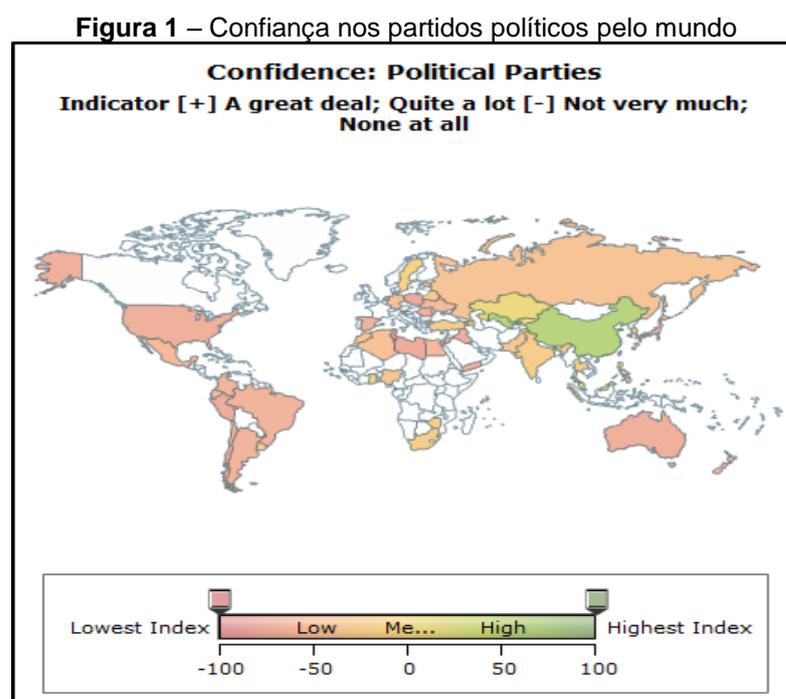
oportunizava que as lideranças partidárias pudessem apelar diretamente para o eleitorado em geral. Dessa forma, o partido *catch-all* teria como características a redução da bagagem ideológica, o fortalecimento da cúpula, a desvalorização da militância, o deslocamento de um eleitorado classista para um eleitorado heterogêneo e alianças com grupos diversos, com o fim de assegurar maior apoio eleitoral (KIRCHHEIMER, 1972). Com a obra de Kirchheimer floresceu o debate entre declínio e revitalização dos partidos. As contribuições de Kirchheimer abriram caminho para duas linhas de pesquisa (1) as mudanças pelas quais têm passado os partidos refletem sua crise ou o seu declínio e (2) a desvalorização da ideologia será sinal de adaptação e fortalecimento dos partidos.

Dentre os autores que argumentam que os partidos vivem um momento de declínio estão Dalton e Wattenberg (2000). Os autores assinalam que existe um processo de redução dos papéis dos partidos políticos em democracias industriais avançadas e inclusive lançam dúvidas no que tange ao papel dos partidos políticos no futuro da democracia. Para eles, muitos partidos políticos estabilizados têm sofrido declínio de filiações, os cidadãos parecem crescentemente descrentes da sua efetividade, e a mídia apresenta com regularidade cada vez maior casos de escândalos e corrupção partidária. Os autores consideram um exagero escrever um obituário dos partidos políticos, mas um padrão de declínio partidário (pelo menos uma transformação no papel dos partidos) é cada vez mais aparente na maior parte das democracias avançadas industriais.

Em nível político, há diversas provas da continuidade da capacidade dos partidos para estruturar o processo de formulação de políticas. Nesse aspecto, os partidos ainda desempenham um papel dominante para a organização do governo e para a estruturação da atividade política dos parlamentares. Contudo, em nível individual, existe um desencanto crescente dos cidadãos com os partidos em específico e frequentemente com o partido do governo. Sentimentos de identificação partidária têm enfraquecido em diversos países. Além disso, em nível organizacional os partidos também têm experimentado transformações negativas: proliferam-se alternativas ao papel de representação tradicional dos partidos políticos, como grupos de interesse e outros intermediários políticos, e a expansão dos meios de comunicação ofusca o papel dos partidos políticos como fornecedores de informação política (DALTON; WATTENBERG, 2000).

Há quase um consenso entre os autores da Ciência Política de que os partidos estão mudando. Contudo, existem divergências sobre as consequências dessas mudanças: se elas representam declínio ou adaptação dos partidos. Se Schattschneider (2009, p. 1)¹¹ alegara que “political parties created democracy and that modern democracy in unthinkable save in terms of parties”, o que acontecerá se os partidos declinarem, e que impacto esse declínio terá sobre a política dos países de democracia industrial avançada (DALTON; WATTENBERG, 2000)?

Baquero e Borba (2008) consideram essa frase de Schattschneider uma das mais clássicas dentro das teorias sobre partidos políticos. A literatura posterior da Ciência Política foi unânime ao aceitar essa formulação, que se tornou um dos poucos teoremas válidos na subárea. Contudo, há divergências significativas por trás desse aparente consenso acerca da desejabilidade dos partidos, como a ineficiência dos partidos em formar cidadãos mais participativos politicamente. Desta forma, os partidos como canais de articulação estariam com sua capacidade de representação desgastada. Além disso, não é incomum na área a tomada de posições críticas que retratam a desconfiança dos cidadãos nas legendas partidárias (MOISÉS, 2005). De fato, a desconfiança nos partidos políticos consiste em um fenômeno de proporção global, como aponta a Figura 1.



Fonte: World Values Survey (2015).

¹¹ Primeira edição da obra em 1942.

A Figura 1 foi elaborada perguntando-se aos cidadãos sobre a confiança que tinham nos partidos políticos entre 2011 e 2014 (última onda do *World Values Survey*). As respostas “muita confiança” ou “alguma confiança” foram classificadas como positivas, dando-se tonalidade esverdeada ao país. Por outro lado, as respostas “pouca confiança” ou “nenhuma confiança” foram qualificadas como negativas, atribuindo-se tonalidade mais avermelhada ao mapa. A coloração amarelada situa o país em um nível intermediário de confiança partidária. Neste cenário, a Figura 1 demonstra claramente que a crise de confiança nos partidos políticos é mundial: salvo na China e no Uzbequistão, os índices de confiança partidária situam-se em patamares médios ou baixos, especialmente em países americanos e europeus. Nesse cenário, os partidos políticos “deixam de ser (se é que alguma vez foram) pontos de referência de identidades coletivas para serem vistos meramente como instrumentos a serviço de uma casta que monopoliza o poder num sentido patrimonialista” (BAQUERO, 2013, p. 138). Desta forma, pode ocorrer enfraquecimento de uma cultura política mais participativa, e a possibilidade de incentivar a participação cidadã na política deve residir fora das instituições de mediação política convencionais.

Schmitter (2001) também aponta que os partidos políticos passam por um momento de crise nas democracias industriais modernas. O autor acredita que os “partidos não são mais o que já foram” (SCHMITTER, 2001, p. 67, tradução nossa). Nessa linha de pensamento, o autor assevera que a lista de funções atribuídas aos partidos é ampla: parece haver quase nada que os partidos políticos não fizeram em uma época ou outra. Contudo, olhando-se apenas para os “superpartidos” (como o Partido Social Democrata da Alemanha e o Partido Operário Social Democrata da Suécia), o número de funções encolhe significativamente. Desta forma, resumindo as funções dos “superpartidos” em única proposição:

Partidos políticos devem ser capazes de agregar interesses e paixões de uma proporção significativa da cidadania através da canalização das expectativas desses indivíduos, famílias, empresas, associações e movimentos através dos seus processos internos e produzindo um programa que misture políticas públicas de uma maneira que satisfaça demandas gerais de seus eleitores (SCHMITTER, 2001, p. 73, tradução nossa).

Assim, em primeiro lugar, os partidos devem estruturar o processo eleitoral através da nomeação de candidatos a cargos, pelo recrutamento de pessoas para participar ativamente nas campanhas e pelo oferecimento aos cidadãos da oportunidade de escolher entre conjuntos alternativos de líderes. Schmitter (2001) percebe uma redução da capacidade dos partidos nessa função de estruturação eleitoral principalmente pela queda da taxa de comparecimento às urnas e a redução da importância da identificação dos eleitores com as legendas.

Segundo, os partidos políticos devem fornecer à maioria dos cidadãos um conjunto estável e distinto de ideias e objetivos que ancoram sua expectativa sobre a democracia, orientar os cidadãos para opções políticas e fazê-los se sentirem parte do processo de escolha coletiva. Neste quesito, Schmitter (2001) verifica empiricamente a existência de redução de filiações partidárias e a incapacidade das legendas de oferecer identidade política difusa aos cidadãos. Ademais, a representatividade dos partidos também é baixa se comparada com outros tipos de associações e movimentos. Além disso, há outros indicadores que refletem o declínio da capacidade dos partidos para fornecer identidade política estável e valorizada, como a ausência ou desaparecimento dos jornais dos partidos, a substituição de trabalho voluntário por trabalho remunerado em campanhas, a redução do comparecimento em congressos dos partidos, e fracasso dos partidos em penetrar em associações e movimentos.

Por fim, os partidos devem ser capazes de formar um governo e fornecer estrutura interna para o processo legislativo (“função de governo”). Nesse caso, o alto índice de partidos que vencem a primeira eleição e já fracassam na eleição seguinte indica declínio na capacidade dos partidos em formar governos. Além disso, Schmitter (2001) percebe a queda na habilidade dos partidos em criar ideologias e gerar alternativas políticas, e o enfraquecimento dos seus vínculos com setores da sociedade civil, como sindicatos ou cooperativas. Ainda, os partidos políticos já não possuem ou controlam seus próprios meios de comunicação social, desse modo eles têm que confiar cada vez mais em mídias controladas por terceiros para divulgar suas mensagens. Quando os meios de comunicação são privados, a competição por audiência entre as empresas de comunicação tende a distorcer não somente o acesso de diferentes partidos a seus públicos, mas também o conteúdo de suas mensagens. Isto é, quando uma mensagem partidária é transmitida via

televisão, sua forma e conteúdo devem ser adaptados aos padrões impostos por essa mídia.

Ainda, com o desenvolvimento de pesquisas de opinião que “capturam” as expectativas, os candidatos não precisam mais confiar em canais partidários para se orientarem. O aumento da importância dos assessores políticos eleva a independência dos candidatos em relação ao partido e mina o papel dos partidos em si. Dessa forma, Schmitter (2001) conclui que os partidos têm perdido a capacidade de realizar as funções que historicamente desempenharam, e as crises de representação e de intermediação através dos partidos parecem ser gerais.

Com uma abordagem holística, Lawson (2007) relaciona a mudança dos partidos com mudanças estruturais globais no fim do século XX e início do século XXI. Para ele, a partir da queda da União Soviética, o mundo tem experimentado profundas transformações, como mudanças na tecnologia das comunicações, a propagação do modelo neoliberal como prática econômica e social, e a difusão de uma forma modificada de democracia como uma ideologia: o “mito democrático” (LAWSON, 2007, p. 354), em sua forma mais voltada para o cidadão, tornou-se menos necessário para o sucesso eleitoral com o colapso dos mitos concorrentes. Atualmente esse mito da democracia se baseia menos nos direitos individuais e na soberania popular, e mais na liberdade e oportunidade de adquirir riqueza pessoal. Essa liberdade de buscar prosperidade material acima de tudo tem tido um profundo impacto em vários aspectos da vida, inclusive nos partidos políticos. Ou seja, o mundo pós-Guerra Fria criou uma nova liberdade, a de lucro acima de todas as outras coisas, e essa liberdade também atingiu as pessoas que controlam os partidos políticos, incentivando-as a tornarem os partidos agências de lucro pessoal. Nesse contexto os partidos têm servido como agências de “desdemocratização” (LAWSON, p. 353, 2007, tradução nossa). Essa desdemocratização se dá principalmente através da concentração do poder e de uma convergência ao centro no espectro ideológico.

A maneira mais eficaz de assegurar poder em eleições competitivas parece ser a personalização cada vez maior das lideranças e o uso de formas de campanha cada vez mais caras para o lançamento de candidaturas. Então, os partidos “desdemocratizam” primeiro pelo fortalecimento das lideranças, frequentemente um líder apenas, em detrimento dos seus demais membros, pois nesse processo resta aos demais membros ativos dos partidos um papel muito reduzido na determinação

de candidatos e políticas. Inclusive o processo de fortalecimento do líder pode ser combinado com a aparência de grande democratização. Lawson (2007) lembra que o Partido Trabalhista britânico, em conferência no início dos anos 1980, deu a cada um dos membros um voto individual, sabendo que o efeito seria não democratizar, mas atomizar, aumentando o poder do líder.

Para Lawson (2007), os partidos são “simplesmente estruturas, estruturas maleáveis, não atores individuais com identidades antropomórficas. [...] Eles estão, antes, sendo modificados por atores humanos que atualmente os controlam” (LAWSON, 2007, p. 355, tradução nossa). E outra maneira pela qual aqueles que controlam os partidos promovem desdemocratização consiste na convergência ao centro no espectro ideológico, e quanto mais as lideranças são fortalecidas, mais essa tendência é facilitada. Essa convergência ao centro é explicada por fatores eleitorais, e muitas vezes ocorre independentemente do programa original e contra o desejo da base partidária, o que contribui para o processo de desdemocratização do sistema político. Ainda, os partidos políticos promovem desdemocratização através das campanhas eleitorais cada vez mais profissionalizadas. A questão não passa pelo debate se os candidatos e suas equipes utilizam técnicas modernas para difundir seus manifestos centristas, como a contratação de consultores profissionais, o pagamento para institutos de pesquisas de opinião e entrevistas de grupos focais. A questão é como os partidos arrecadam dinheiro para isso. A necessidade cada vez maior de recursos tem sido o principal motivo para a quebra da lei e para a corrupção (LAWSON, 2007).

Assim, para Lawson (2007), no mundo criado após a queda a União Soviética, a desdemocratização promovida pelos partidos políticos é não somente possível e lucrativa, mas pode também ser obrigatória para a sobrevivência das legendas. Desta forma, até que os partidos governantes percam muitos de seus eleitores, é pouco provável que resistam à tentação de desdemocratizar. O descontentamento popular em virtude disso tem sido direcionado não para uma reforma de todo o sistema político, apenas toma a forma de disposição de votar em um partido diferente, acreditando que os tempos futuros serão melhores. Baquero (2013) acredita que a prevalência de práticas como a corrupção e o clientelismo representam sérios obstáculos ao processo de construção de instituições políticas sólidas e eficientes. Nessa situação se encontram os partidos, que se têm

transformado em meras máquinas eleitorais, negligenciando suas funções político-pedagógicas e de representação.

O debate sobre a crise ou adaptação dos partidos, no entanto, parece ter um epílogo incontestável: os partidos não morreram em lugar algum do mundo. Por isso, Martínez López (2009) acredita que os autores que exaltaram a capacidade adaptativa dos partidos demonstraram melhor pontaria. Essa capacidade darwinista dos partidos para sobreviver abriu espaço para o estudo das transformações contemporâneas dos partidos. Deste ponto de vista, Katz e Mair (1995) acreditam que os partidos políticos têm-se transformado e revitalizado. Para eles, existe pouca evidência da decadência da era dos partidos. Pelo contrário, enquanto os partidos são menos poderosos do que antes em alguns aspectos (como redução do número de adeptos e diminuição da lealdade partidária), em outros pontos sua posição foi fortalecida, como no aumento dos recursos do Estado à sua disposição. Boa parte dos autores possui como padrão o partido de massas, por isso avaliam que os partidos do *mainstream* são menos poderosos do que outrora, não levando em consideração as novas formas que os partidos tomam para compensar as suas deficiências e garantir a sua sobrevivência.

Para Katz e Mair (1995), cada um dos modelos de partidos baseou-se em um modelo normativo de democracia. O problema, para os autores, é que embora o modelo de democracia tenha mudado, os partidos continuaram a ser avaliados com base no modelo de democracia de *partidos de massas*, principalmente em termos da sua relação com a sociedade civil, justamente a ligação que estava sendo minada. Ou seja, quando a ênfase da análise é a relação dos partidos com a sociedade civil, a crise dos partidos fica evidenciada. Por outro lado, quando o foco se desloca para a relação dos partidos com o Estado, a sobrevivência, a evolução e a revitalização dos partidos tornam-se mais facilmente compreensíveis.

No modelo de democracia relacionado com partidos *catch-all*, a essência da democracia residia na capacidade dos eleitores escolherem um cardápio fixo de partidos e candidatos políticos. Nesta perspectiva, partidos são considerados grupos de líderes que competem pela oportunidade de ocupar cargos públicos. Este é um modelo elitista-liberal, pois nele a democracia se resume a um jogo entre as elites, independente do envolvimento público na formulação de políticas; e os partidos são vistos como parcerias de profissionais, não associações de cidadãos. Apesar disso, a alternância no poder ainda tem centralidade nesse modelo de democracia:

claramente existem partidos que estão “dentro” e outros que estão “fora” do poder, e o medo de ser jogado para fora pelos eleitores consiste em um incentivo para os políticos serem mais sensíveis às demandas dos cidadãos (KATZ; MAIR, 1995).

O modelo de democracia relacionado com *partidos cartel* é diferente, pois nele nenhum dos principais partidos fica definitivamente “fora”. A distinção entre os partidos do governo e da oposição se torna menos nítida, e a democracia se torna um meio de alcançar estabilidade social: os políticos buscam reduzir os custos de derrotas eleitorais através de alianças distintas em cada lugar, para ocupar cargos em diferentes níveis de governo. Além disso, como a política passa a se tornar uma carreira, os políticos passam a considerar seus adversários políticos colegas de profissão, todos movidos pelo mesmo desejo de estabilidade no trabalho. Nesse cenário existe um conjunto mais amplo de “partidos do governo”, pois quase todos os partidos têm acesso a cargos e podem ser considerados partidos governistas, salvo alguns partidos minoritários que sempre estiveram à margem do poder. Até quando se encontram na oposição, os partidos continuam tendo acesso a recursos e financiamento do Estado, como subvenções e acesso à mídia. Em um contexto onde os partidos tornam-se cada vez mais dependentes dos recursos estatais para garantir a sua própria sobrevivência, decorre o surgimento de um novo tipo de partido, o *partido cartel*, caracterizado pela interpenetração entre partido e Estado e por conluio interpartidário (KATZ; MAIR, 1995).

Só que enquanto os *partidos cartel* limitam a concorrência entre si, eles se tornam incapazes de reprimir a oposição política em geral, pois estão tão intimamente ligados ao Estado, que deixam de ser canais de comunicação com a sociedade civil. Os *partidos cartel* “se tornam tão dependentes dos subsídios estatais, que eles se tornam parte do Estado” (WOLINETZ, 2002, p. 139, tradução nossa). As ligações que eles mantêm com a sociedade civil se resumem a relações “neocorporativistas” com alguns grupos maiores e mais bem estabelecidos, como sindicatos e associações patronais. Essas relações envolvem a concessão de uma posição privilegiada e segura a esses grupos em troca de bom comportamento. Por terem sido cooptados pelo sistema, esses grupos estabelecidos não possuem disposição nem capacidade de expressar demandas. A consequência disso é que há um aumento da sensação de que a democracia eleitoral é um meio pelo qual os governantes controlam os governados, e não o contrário, e essa situação pode levar

ao surgimento de organizações alternativas de representação política (KATZ; MAIR, 1995).

Em outras palavras, apesar da possibilidade de se colocar barreiras à entrada de novos partidos que buscam entrar no sistema, os mecanismos de autoproteção dos *partidos cartel* tornam os partidos de dentro do cartel incapazes de prevenir a emergência de desafios externos, como a ascensão de um novo partido. Esses novos partidos dispostos a invadir o sistema podem buscar apoio em uma ampla variedade de apelos ideológicos. Contudo, um apelo parece especialmente efetivo na mobilização de apoio: a quebra do modelo de política estabelecida, e sua força parece residir na sua capacidade de quebrar os confortáveis arranjos existentes entre as alternativas políticas estabelecidas. Assim, os partidos estabelecidos, ao atuarem como cartel, tentando garantir que não haja vencedores nem perdedores claros e explorando seu controle sobre o Estado para gerar recursos que podem ser compartilhados entre si, sem querer fornecem a munição com que novos manifestantes podem travar de forma efetiva sua guerra (KATZ; MAIR, 1995). Assim, os partidos parecem cada vez mais fortes, mas também mais remotos; cada vez mais no controle, mas também menos poderosos; cada vez mais privilegiados, mas também menos legítimos. Isto é, os partidos se tornaram tão imbricados com o Estado que perderam a capacidade de se ajustar a mudanças na sociedade civil (MAIR, 1994). E nesse cenário, como surgem os novos partidos?

LaPalombara e Weiner (1972) sugerem três teorias para explicar o surgimento de novos partidos políticos. A teoria institucional, as teorias de crise e a teoria da modernização. A *teoria institucional* centra sua análise no vínculo entre o Parlamento e a emergência dos partidos. Assim, o nascimento dos partidos estaria relacionado a mudanças de regras institucionais, como o desenvolvimento de sistemas parlamentares ou a extensão do sufrágio. Sartori (1982), por exemplo, situa a emergência dos partidos na transformação de grupos aristocráticos que, forçados por reformas eleitorais, instituíram partidos para angariarem votos.

As *teorias de crise* partem do princípio de que os partidos brotam de recessões econômicas, explosões demográficas, conflitos e guerras, por exemplo. De acordo com LaPalombara e Weiner (1972), aspectos institucionais específicos quando do nascimento de um partido seriam insuficientes para explicar o seu surgimento. Os autores afirmam que ambientes de crises socioestruturais também incentivariam a criação de novas legendas. Essas crises podem ser divididas em

três tipos: legitimidade, integração e participação. As crises de legitimidade ocorrem por falta de credibilidade das elites políticas. As crises de integração referem-se a problemas de integração territorial. Finalmente, as crises de participação possuem relação com mudanças socioeconômicas.

Por fim, a *teoria da modernização* parte do princípio de que a formação de novos partidos seria uma derivação de reformas institucionais nos sistemas políticos. Em outras palavras, os partidos seriam sequelas de algum processo de modernização nas estruturas políticas. Apesar de nenhuma dessas teorias ter validade universal de explicação, servem para compreender que os partidos têm florescido da desintegração do antigo regime, quando o dismantelamento da ordem política quebrou a ligação entre Estado e sociedade civil.

Para Kestler, Krause e Lucca (2013), a literatura que trata do nascimento de novos partidos políticos é ampla e abundante. Para efeito de exercício analítico, os autores a ordenam de acordo com três componentes que podem explicar o surgimento de um novo partido. Primeiro, condições institucionais: sistemas eleitorais ou legislação partidária, por exemplo. Segundo, a dinâmica dos atores – cálculos das elites, personalização ou tendência dos partidos a se tornarem *catch-all*. Terceiro, mudanças socioestruturais: crises econômicas, mudanças de valores ou clivagens sociais.

Os autores asseveram que a crise de representação política e a mudança de matriz estadocêntrica para mercadocêntrica criaram oportunidades políticas para o surgimento de partidos de novo cunho, denominados “*Break-in parties*”. Os autores entendem por *Break-in parties* “aqueles partidos que conseguem impor o caráter de inovador em duas dimensões de análise: no desafio ao sistema de partidos e na composição das elites” (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013, p. 164, tradução nossa).

Em relação ao desafio ao sistema de partidos, os partidos podem ser divididos em três tipos. Os partidos do *status quo*, posicionados em situação privilegiada dentro do sistema partidário e que, por isso, buscam não alterar as regras do jogo. Os partidos anti-*status quo*, que procuram alterar as posições dentro do sistema político através da mobilização popular. Por fim, os “partidos antissistema”, que visam à alteração das regras do sistema político através do uso da violência física. Os dois últimos tipos são considerados desafiantes ao sistema de

partidos, e as sua real capacidade de desafiar o sistema está diretamente relacionada com a relevância eleitoral (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013).

A composição das elites, por seu turno, pode ser basicamente de origem interna ou externa, segundo Duverger (1970). Partido de origem interna significa partido cujas elites já se encontravam atuando no sistema político (*insiders*). Origem externa, partidos que incorporaram novas elites no momento de sua criação (*outsiders*). Também há casos intermediários: legendas partidárias que mesclaram, no seu nascimento, velhas com novas elites políticas. Em suma, os partidos *Break-in* são basicamente aqueles que possuem capacidade de desafiar o *status quo* e de incorporar novas elites ao sistema político. Esses partidos detêm a capacidade de fortalecer a democracia, uma vez que surgem em um cenário partidário em transformação, estabelecem novas formas de representação e incorporam novos setores à vida político-partidária. (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013).

O êxito ou fracasso dos *Break-in parties* depende do desenvolvimento “para dentro” e “para fora”. O desenvolvimento para dentro consiste na coesão, inclusão e posição do partido no *status quo*, ao passo que o desenvolvimento “para fora” refere-se, sobretudo, ao crescimento eleitoral. De um lado, maiores quantidades de grupos internos coesos, ampla base de membros e maior o número de votantes nas eleições internas, contribuem para o partido alcançar relevância eleitoral (círculo virtuoso). De outro, maior mobilização eleitoral torna a coesão interna mais instável, criam-se posições diversas em relação ao *status quo*, é provável que ocorram dissidências internas e a expressão eleitoral seja menor (círculo vicioso). Na próxima seção discute-se o conceito de cultura política.

1.3 CULTURA POLÍTICA E FORMAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO ESPANHOL

A cultura política como campo de estudo tem suas raízes no comportamentalismo norte-americano. O comportamentalismo (*behaviorismo*) nasceu da Psicologia de John Watson (1913). O autor considerava que a Psicologia da época estava imersa em “especulações subjetivas”. Por exemplo, discutia-se se determinada resposta a um estímulo era consciente, meramente indicativa de consciência ou puramente fisiológica. Para Watson (1913), essa discussão era inócua: ele queria desenvolver métodos de observação em objetos realmente passíveis de serem investigados em laboratório. O autor estava interessado em

aprender métodos gerais e particulares pelos quais se poderia controlar o comportamento, ou seja, os estudos psicológicos feitos simplesmente em termos de estímulo e resposta.

O estudo do comportamentalismo na Ciência Política foi inaugurado pela obra *The Civic Culture*, de Almond e Verba (1965). Os autores se contrapunham ao método do caráter nacional (determinista), pois este partia do pressuposto de que culturas diferentes não poderiam se submeter a análises comparativas, uma vez que havia certas peculiaridades nas culturas nacionais que impediam a confrontação, como o “caráter bélico” dos povos germânicos ou o “emocionalismo” excessivo dos latino-americanos. Almond e Verba (1965) tinham o objetivo de propor um método diferente de análise dos fenômenos sociais em diferentes sistemas políticos: a metodologia quantitativa. Segundo os autores, o termo “cultura política” significava “orientações políticas – atitudes em relação ao sistema político e suas várias partes, e atitudes acerca do papel de si mesmo no sistema” (ALMOND; VERBA, 1965, p. 12, tradução nossa). A escolha do termo *cultura* também se justifica pela possibilidade de utilização do referencial teórico da antropologia, sociologia e psicologia. No entanto, o conceito de cultura foi empregado com somente um de seus vários significados: o de “orientações psicológicas em relação a objetos sociais” (ALMOND; VERBA, p. 13, tradução nossa).

Assim, quando se fala em cultura política de uma sociedade, está se referindo a como o sistema político é internalizado pelas cognições, sentimentos e avaliações de sua população. Portanto, a “cultura política de uma nação é a distribuição particular de padrões e orientações (cognitivas, afetivas e avaliativas) para os objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND; VERBA, p. 13, tradução nossa), e envolve processos de socialização política e experiências políticas experimentadas durante a vida adulta.

De acordo com os autores, há três tipos puros de culturas políticas: paroquial, súdita e participante. Na cultura política paroquial, inexistem papéis políticos diferenciados: um chefe tribal, por exemplo, possui atribuições políticas, econômicas e religiosas simultaneamente, o que leva à ausência de expectativa de mudança a partir da política por parte da população. A segunda forma de cultura política pura é a súdita, que diz respeito a sistemas onde os cidadãos possuem orientações para os aspectos de saída do sistema (do Estado para a sociedade). Contudo, ainda não têm orientações para os aspectos de entrada (da sociedade para o Estado), e, por

isso, não se enxergam como atores participativos, possuindo um relacionamento passivo com a política. Por fim, na cultura política participante existem orientações cidadãs para o sistema político como um todo (tanto para elementos de entrada como de saída), e as pessoas possuem uma visão ativista de seu papel na política. No entanto, essas categorias não são rígidas: na realidade, todas as culturas políticas (exceto a paroquial simples) são combinações destes três tipos: paroquial-súdita, súdita-participante e paroquial-participante, que misturam características dos tipos puros.

Acerca do exame dos fatores históricos tiveram influência sobre a cultura política dos espanhóis e como se deu a formação do sistema partidário moderno no país, McDonough et al. (1992, p. 187) reconhecem que a transição espanhola para a democracia após a morte do General Francisco Franco na década de 1970 “foi um caso de grande sucesso de democratização”. O desempenho do país na superação de obstáculos como a reestruturação econômica e o separatismo regional reverteu sua reputação de volatilidade política. Os autores vão ainda mais longe ao afirmar que a transição democrática espanhola representava fonte de inspiração para os países da América Latina e para os países do antigo Bloco Soviético:

Se as mudanças na cultura política espanhola têm uma linha básica, ela consiste na substituição de uma perspectiva da soma zero pela flexibilidade no tratamento das questões políticas. Essa maturação afirmou-se em parte como uma reação ao derramamento de sangue na Guerra Civil. A amarga experiência convenceu as elites de que os benefícios da acomodação são maiores do que os custos do confronto (Gunther, Sani, Shabad, 1986; Lannon e Preston, 1990). A prosperidade representou outro fator que contribui para a flexibilidade política. O desenvolvimento estrutural, que começou no início da década de 60, transformou o país numa das doze maiores economias industriais do mundo e num membro pleno da Comunidade Econômica Europeia. A Espanha está em posição mais favorável do que países como a Argentina ou o Brasil, sem mencionar o bloco soviético” (McDONOUGH et al., 1992, p. 26)

Essa transição à democracia, porém, não representou um aumento significativo da participação política dos espanhóis. Embora o sistema político espanhol não estivesse se desestruturando, McDonough et al. (1992) apresentam dados que mostram que a Espanha não estaria passando por um aumento crescente de associativismo em seu período democrático. Os autores procuraram elementos que pudessem influenciar na manutenção do sistema político coeso, mesmo com baixo associativismo, e chegaram à conclusão que além de tempos econômicos favoráveis, as “lições do passado” e a crescente permeabilidade da

cultura espanhola aos valores internacionais veiculados pelos meios de comunicação poderiam estar agindo nesse sentido. Veículos institucionais da democracia representativa, como partidos e sindicatos não mais possuíam o monopólio da mobilização popular na Espanha, e estaria havendo a confluência de duas forças, uma moderna e outra tradicional. Do lado da modernidade, os meios eletrônicos funcionavam como mecanismos de participação imaginária que estimulavam a atitude de espectador dos espanhóis. Do lado tradicional, o privatismo ganhava fôlego como uma versão do “familismo amoral” de Banfield (1958).

Ainda mais crítico sobre o sucesso da transição espanhola à democracia, Aranguren (1991) acredita que na transição da ditadura para a democracia na década de 1970 o General Franco nunca fora derrotado. No primeiro governo pós-Franquista, de Arias Navarro, prevaleceu, frente à continuidade e a ruptura, o meio termo do consenso. Esse afã de moderação também atingiu os partidos. Apesar dos evidentes aspectos positivos desta “ética de consenso”, o autor aponta que existe também um lado obscuro: a renúncia aos ideais. Os espanhóis se tornaram muito mais realistas, acostumando-se a muitos condicionamentos, como, por exemplo, democracia estabelecida desde cima e permanentemente vigiada. Uma espécie de “*pax americana*”. Por isso, outra face do consenso também foi o desencanto.

Após a transição para a democracia, o segundo desencanto dos espanhóis ocorreu após a ascensão do Partido Socialista Obrero Español (PSOE) à Presidência do Governo da Espanha em 1982, com Felipe González. Nesse período houve burocratização do poder, a ausência de criatividade política no plano internacional, um crescente presidencialismo e um aumento cada vez maior do corporativismo dos partidos, com uma disciplina rígida que anula a democracia interna a eles. Portanto Aranguren (1991) alertara que já havia passado a época dos partidos de massas na Espanha. Concomitantemente, na economia, assistia-se a um período de desmantelamento da indústria, que deu início a um neocolonialismo econômico. Tudo isso fez com que os cidadãos espanhóis se sentissem desiludidos. Se, logo após a democratização, o desencanto poderia significar que havia muitas coisas para melhorar, em um segundo momento o sentido do desencanto era a percepção de não haver alternativa política. Nas palavras do autor:

Vivemos tempos de confusão e de perplexidade intelectual. De um lado, estamos confusos, e de outro, carecemos de força moral e de coragem para fazer algo. É o que se tem chamado de “fim da história”. A inércia e a falta de perspectivas conduzem a não fazer nada, à privatização e ao individualismo áspero (ARANGUREN, 1991, p. 39, tradução nossa).

No plano econômico, indústrias estrangeiras e multinacionais absorvem as indústrias espanholas, e o capitalismo financeiro é o único que tem se dado bem na Espanha. Politicamente, a queda do muro de Berlim e o colapso da União Soviética pareciam ter determinado uma só política possível, que chama a si mesma de esquerda, mas que governa como se fosse direita e ocupa todo o espectro político (ARANGUREN, 1991). Nesse contexto, a publicidade tem incentivado cada vez mais a ética da imagem, que é vendida através dos meios de comunicação de massa pelas oligarquias políticas e pelos partidos, que funcionam cada vez mais como empresas. Portanto, com o fim do chamado “socialismo real” parece ter-se aproximado o “fim da história”, isto é, a imposição do capitalismo sem fronteiras em quase todo o mundo. Embora desenhe um cenário bastante negativo, Aranguren (1991) demonstra otimismo: a esperança que resta para uma nova moralização da sociedade passa pela construção de uma democracia verdadeiramente participativa.

A respeito da participação política e do papel dos partidos políticos na moderna democracia espanhola, Ramiro e Morales (2010) apontam que depois de quatro décadas de ditadura, os espanhóis recuperaram a democracia nos anos 1970 em meio a uma limitada mobilização, relativa hostilidade em relação à política, apatia e sentimentos antipartidários. Ainda assim, o desenho do sistema político contemporâneo foi baseado na premissa de que os partidos jogam um papel essencial na política democrática. Essa concepção foi refletida na Constituição de 1978. Depois de mais de três décadas, o desempenho das legendas na democracia espanhola é bastante criticado pela opinião pública. As críticas costumam se dirigir ao mau comportamento dos partidos e as consequências disso para o sistema democrático. Ramiro e Morales (2010) acreditam que os partidos espanhóis têm fracassado em realizar algumas de suas principais funções, particularmente a função de representação e a função de elo entre sociedade e Estado. Assim, cada vez mais os partidos políticos espanhóis localizam-se em uma posição onde estão cada vez mais ligados ao Estado do que à sociedade.

O sistema partidário espanhol é caracterizado pela presença de dois partidos nacionais que frequentemente obtém mais do que dois terços dos votos, um terceiro

(e às vezes um quarto) partido nacional de menor expressão eleitoral e vários partidos periféricos nacionalistas ou regionalistas com significativa representação no Legislativo nacional. A competição entre os partidos tem sido estruturada por duas clivagens: a tradicional divisão socioeconômica entre esquerda e direita, e a divisão centro-periferia, especialmente intensa no País Basco, Catalunha e Galícia, onde os partidos periféricos nacionalistas são mais fortes (RAMIRO; MORALES, 2010).

Os dois maiores partidos nacionais nas duas primeiras eleições democráticas espanholas (1977 e 1979) foram a *Unión de Centro Democrático* (UCD) e o Partido Socialista Obrero Español (PSOE). O PSOE nasce com ideologia socialista em sua fundação no século XIX, mas passa por um processo de moderação ideológica sob a liderança de Felipe González na década de 1970. Por sua vez, a UCD, ideologicamente heterogênea, agrupava liberais, democratas cristãos e social democratas. A UCD colapsa em 1982, e quem ocupar o seu lugar é o Partido Popular (PP), que tem origem na Aliança Popular (AP), um partido conservador criado durante a transição para a democracia e que possuía entre seus fundadores políticos ligados à elite política franquista. No final dos anos 1980, a AP foi envolvida pelo PP, e se moveu de uma posição altamente conservadora para uma direita mais moderada (RAMIRO; MORALES, 2010).

PP e PSOE se alternam na Presidência do Governo da Espanha há mais de três décadas. De 1982 a 1996, o PSOE governou com Felipe González. Depois disso, foi a vez do PP dirigir o país com José Maria Aznar até 2004. A seguir, o PSOE retorna à Presidência do Governo, agora com José Luis Zapatero, até 2011. Desde então o PP conduz o país, desta vez com Mariano Rajoy. O espaço eleitoral da esquerda mais radical foi inicialmente ocupado pelo Partido Comunista de Espanha (PCE), o qual promoveu a criação a Izquierda Unida (IU) em 1986. A IU, apesar de sua instabilidade eleitoral, havia se sustentado como terceira força nacional na maior parte das eleições desde 1977. Os dois partidos periféricos nacionalistas mais importantes são o *Partido Nacionalista Basco* (PNB) e a coalização catalã *Convergencia i Unió* (CiU), ambos de centro-direita (RAMIRO; MORALES, 2010).

Em suma, o sistema político espanhol é radicalmente diferente em nível nacional e em níveis regionais, mas com traços organizacionais em comum: combinação de estruturas de partidos de massas tradicionais, poucos membros,

estratégias *catch-all*, forte vinculação com o Estado e técnicas de campanha altamente profissionalizadas.

Ramiro e Morales (2010) acreditam que os partidos políticos espanhóis têm-se descolado da sociedade e se ligado mais fortemente ao Estado. Os vínculos dos partidos com o Estado podem ser analisados em três dimensões. A primeira delas se refere a quanto os partidos dependem do Estado, através do financiamento público. Nesse ponto, a introdução de subsídios públicos para os partidos políticos na Espanha teve origem nos primeiros anos do sistema democrático iniciado na década de 1970, e o fundo público se tornou a principal fonte de renda para os partidos, que são completamente dependentes disso para suas funções cotidianas. Além disso, também existem vários subsídios indiretos do Estado para os partidos, como o acesso à mídia (televisão e rádio), através de um sistema de alocação de tempo de acordo com os votos obtidos nas últimas eleições, privilégios tributários e o uso de prédios públicos para campanha eleitoral. Por fim, é importante salientar que o fundo público de campanha beneficia os partidos que já obtiveram sucesso eleitoral ao mesmo tempo em que coloca barreiras à entrada de novos partidos.

A segunda dimensão para se analisar a relação partidos-Estado passa por quanto os partidos são gerenciados pelo Estado, e o indicador analisado para isso é a regulação pública dos partidos. A Constituição espanhola reserva papel central aos partidos políticos como canais de participação política: “*los partidos políticos expresan el pluralismo político, concurren a la formación y manifestación de la voluntad popular y son instrumento fundamental para la participación política*” (ESPAÑA, 1978, [s.p.]). Por outro lado, as formas de participação política que não passam pelos partidos – como plebiscitos, referendos, iniciativas populares e direito de petição – foram relegadas a segundo plano na Constituição espanhola, e atualmente sua relevância permanece pequena. Além disso, a Constituição espanhola de 1978 declara que a estrutura interna e o funcionamento dos partidos deverão ser democráticos, porém, esse preceito não dispõe de consequências práticas ou operacionais, dependendo da boa vontade dos partidos.

Por fim, a terceira dimensão do relacionamento entre partidos e Estado busca responder em que medida os partidos controlam o Estado. Para isso, analisa-se o quanto os partidos se comportam oportunisticamente (*rent-seeking*) dentro do Estado, ou seja, o quanto os partidos penetram e controlam o Estado e usam os cargos públicos em proveito próprio. O contexto institucional e social da década de

1970 facilitou o comportamento *rent-seeking* dos partidos dentro do Estado. Primeiro, porque deu ao Parlamento o poder de indicar membros de relevantes instituições públicas, como o Tribunal Supremo e o Tribunal Constitucional. Na prática, essas indicações têm sido feitas pelo Parlamento através de um sistema de quotas que distribui os cargos entre os partidos de acordo com suas cadeiras. As indicações partidárias para cargos de alto-escalão no Estado nem sempre respeitam méritos ou competências profissionais, mas lealdade partidária acima de qualquer qualificação técnica.

Esse contexto favoreceu o desenvolvimento de patronagem e colonização partidária da administração pública. Embora seja difícil mensurar práticas ilegais, jornais, partidos de oposição e sindicatos denunciavam práticas de patronagem na Espanha em níveis regionais e locais, como a contratação de servidores e funcionários públicos que, depois de alguns anos, tornam-se permanentes sem processo transparente de seleção. Além disso, os partidos políticos espanhóis têm sido envolvidos em escândalos políticos e têm sido suspeitos de corrupção desde os anos 1990, muitos relacionados a financiamento partidário (HEYWOOD, 1995). Durante os anos 2000, uma nova onda de escândalos afetou as elites políticas espanholas de diferentes partidos em quase todas as Regiões.

Ou seja, os partidos políticos espanhóis possuem uma ligação particularmente intensa com o Estado nas três dimensões analisadas por Ramiro e Morales (2010): finanças públicas, regulação dos partidos e comportamento *rent-seeking* dentro do Estado. Durante a transição para a democracia após a ditadura de Franco, os partidos tiveram todos os incentivos para buscar os recursos necessários à sua sobrevivência no Estado. A inexistência de herança de um partido de massas substancial contribuiu para aumentar ainda mais a dependência das legendas em relação ao Estado. Todas essas evidências apontam para uma forte relação partidos-Estado, que se aproxima de uma “cartelização” da democracia espanhola. Essa cartelização, aliada à crise econômica experimentada pela Espanha a partir de 2008, tem gerado uma crise no sistema representativo.

Em seção anterior, a Figura 1 mostrou que a crise de confiança nos partidos políticos consiste em um fenômeno global. Para Ramiro e Morales (2010), a Espanha é um caso que exemplifica essa tendência, embora com algumas particularidades. Em primeiro lugar, os sentimentos antipartidários são elevados na Espanha: de 1991 até 2007 mais da metade dos espanhóis considera que “partidos

são todos iguais”. Em contraste, um índice ainda maior de espanhóis acha que sem partidos não pode haver democracia. Ou seja, a posição crítica dos espanhóis em relação aos seus partidos políticos coexiste com um reconhecimento de que eles são indispensáveis para o funcionamento da democracia. Além disso, a participação dos espanhóis em atividades partidárias é baixa e está decrescendo. Em suma, esses indicadores apontam que os partidos espanhóis vêm claramente fracassando em desempenhar suas funções junto ao eleitorado. Nesse ambiente emerge o novo partido político Podemos em 2014, mas suas raízes são um pouco mais antigas: remetem à crise econômica a partir de 2008. No entanto, antes de entrar no estudo do partido, é importante compreender como são as regras eleitorais na Espanha.

Na Espanha, a eleição dos representantes do povo para as Cortes Gerais (Congresso de Deputados e Senado) é levada a cabo através de sufrágio universal, livre, igual, direto e secreto. Deputados e Senadores são eleitos para um período de quatro anos ou até a dissolução da casa. O Congresso dos Deputados (Câmara Baixa) possui atualmente 350 deputados, sendo que a Constituição de 1978 estabelece um limite mínimo de trezentos e máximo de quatrocentos deputados. A circunscrição eleitoral é a Província, e a divisão de cadeiras entre as Províncias é feita primeiramente através do estabelecimento, pela lei, de um mínimo inicial de deputados para cada Província¹². As cadeiras restantes são distribuídas entre as províncias de acordo com a sua população. Já o Senado constitui a câmara de representação territorial. Cada província elege quatro senadores, ao passo que as circunscrições insulares elegem entre um a três senadores¹³. Celta e Melilla elegem cada uma delas dois senadores. Por fim, as Comunidades autônomas¹⁴ designam um senador e outro mais para cada milhão de habitantes de seu respectivo território.

A Constituição Espanhola (1978) prevê que o Presidente do Governo da Espanha seja indicado pelo Rei¹⁵ e tenha sua candidatura apreciada pelo Congresso

¹² As populações de Ceuta e Melilla elegem um deputado cada (ESPAÑA, 1978).

¹³ Gran Canaria, Mallorca e Tenerife possuem três senadores; Ibiza-Formentera, Menorca, Fuerteventura, Gomera, Hierro, Lanzarote e La Palma têm direito a uma cadeira no Senado (ESPAÑA, 1978).

¹⁴ O Estado espanhol é estruturado em dezessete Comunidades autônomas mais duas Cidades Autônomas - Ceuta e Melilla. O art. 173 da Constituição espanhola (1978) estabelece que as “provincias limítrofes con características históricas, culturales y económicas comunes, los territorios insulares y las provincias con entidad regional histórica podrán acceder a su autogobierno y constituirse en Comunidades Autónomas” (ESPAÑA, 1978, [s.p.]).

¹⁵ O Rei representa o Chefe de Estado e símbolo de sua unidade e permanência. Arbitra e modera o funcionamento regular das instituições e assume a mais alta representação do Estado espanhol nas relações internacionais (ESPAÑA, 1978).

de Deputados. Logo após a renovação do Congresso de Deputados o Rei consulta representantes dos grupos políticos com representação parlamentar e propõe ao Congresso um candidato à Presidência do Governo da Espanha¹⁶. O candidato indicado pelo Rei da Espanha expõe o programa político do governo que pretende formar governo ao Congresso de Deputados e solicita sua confiança. Caso o Congresso de Deputados outorgue sua confiança por maioria absoluta, o Rei o nomeará Presidente do Governo da Espanha.

Caso o candidato não alcance maioria absoluta de votos favoráveis dos deputados, a mesma proposta é novamente submetida à apreciação do Congresso de Deputados quarenta e oito horas depois da primeira votação, e a confiança é outorgada se obtiver maioria simples de votos favoráveis. Se a proposta restar frustrada, o Rei segue propondo candidatos, sempre com prévia consulta aos grupos políticos com representação parlamentar. Se, transcorridos dois meses da primeira votação de investidura, nenhum candidato tiver obtido a confiança do Congresso dos Deputados, o Rei dissolverá ambas as Câmaras e novas eleições gerais serão convocadas¹⁷.

No sistema eleitoral espanhol o voto é facultativo. Além disso, excluem-se as candidaturas que não obtiverem pelo menos 3% dos votos válidos nas Eleições Gerais e 5% nas municipais. Para o Parlamento Europeu inexistente cláusula de barreira. O sistema que a Espanha aplica para distribuir as cadeiras entre as candidaturas é o método D'Hondt. Primeiramente, ordenam-se, de forma decrescente, as quantidades de votos obtidas por cada candidatura. Após, divide-se o número de votos obtidos por cada candidatura pelo número de cadeiras correspondentes a cada circunscrição, dando lugar a um quadro. As cadeiras são atribuídas às candidaturas que possuem os maiores quocientes no quadro, em ordem decrescente. Em caso de iguais quocientes entre diferentes candidaturas, terá direito à cadeira a candidatura com maior número total de votos. No caso de empate de quocientes e número total de votos, o primeiro empate se decidirá por sorteio, e os sucessivos de forma alternada (MINISTERIO DEL INTERIOR, 2013). Esse método tende a sobrerrepresentar os maiores partidos.

¹⁶ O costume indica que o Presidente deve ser o líder do partido ou coalizão majoritária, contudo inexistente norma legal que determine isso.

¹⁷ No que tange aos demais membros do governo, serão nomeados pelo Rei, sem interferência do Congresso nem do Senado.

O método de eleição dos representantes para o Parlamento Europeu varia em cada Estado-membro da União Europeia. Como regras gerais, o Ato Relativo à Eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu por Sufrágio Universal estabelece que em cada Estado-Membro, os deputados do Parlamento Europeu serão escolhidos através de eleição proporcional, por listas ou voto único transferível. A Espanha escolheu o método por lista. Além disso, os Estados-Membros podem optar pelo escrutínio de lista preferencial, não sendo o caso da Espanha, onde a lista é fechada. Por fim, as eleições quinquenais dos Deputados devem ocorrer por sufrágio universal direto, livre e secreto, para um mandato de cinco anos (PARLAMENTO EUROPEU, 2011).

Na Espanha, as formações políticas apresentam candidaturas através de uma lista única e comum em todo o território espanhol, que corresponde à circunscrição eleitoral para a escolha de Deputados ao Parlamento Europeu. Podem se candidatar e votar cidadãos da União Europeia registrados com idade de 18 anos ou mais. Diferente de outros países, a Espanha não estabelece uma porcentagem mínima de votos em cada circunscrição necessária para as candidaturas obterem assento no Parlamento Europeu. É nesse arcabouço eleitoral que o partido Podemos nasce e se desenvolve.

2 PODEMOS

Na avaliação de Iglesias (2015), a crise econômica a partir de 2008 gerou novas oportunidades políticas, especialmente no Sul da Europa. Os resgates do Estado frente à bancarrota do setor financeiro conduziram à proliferação das dívidas nacionais. As políticas de emergência impostas pelo bloco conduzido pela Alemanha com o intuito de salvar o Euro tiveram efeitos desastrosos nos países chamados pejorativamente de PIIGS – Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, onde milhões de pessoas perderam seus empregos e milhares se converteram em vítimas de despejos, além do desmantelamento dos sistemas de saúde e educação através da aceleração do processo de privatização. Em suma, “o peso da dívida foi transferido dos bancos para os cidadãos” (IGLESIAS, 2015, p. 9, tradução nossa). Nesse contexto, a União Europeia tem-se dividido entre países do Norte e do Sul, onde a divisão do trabalho exige baixos salários para a produção de bens e serviços baratos nos países meridionais, enquanto obriga os jovens mais qualificados a deixarem seus países de origem.

Essa crise serviu para forjar novas forças políticas, onde se destacam o Syriza grego, um governo soberano que defende uma Europa social, e Podemos na Espanha, que abre oportunidade de uma mudança política real e de recuperação dos direitos sociais (IGLESIAS, 2015). Claramente as circunstâncias atuais não têm nada a ver com revolução ou transição ao socialismo, no sentido clássico dos termos, mas sim um processo soberano que busca limitar o poder financeiro, estimular a transformação produtiva, assegurar uma ampla redistribuição da riqueza e pressionar por uma configuração mais democrática das instituições europeias (IGLESIAS, 2015).

2.1 ORIGEM E IDEOLOGIA

O partido político Podemos nasce da mobilização de movimentos sociais espanhóis a partir da crise econômica de 2008, possuindo como principais atores os jovens e o precariado¹⁸ espanhol. O partido consegue canalizar a indignação de uma

¹⁸ O termo “precariado” significa proletariado precarizado, isto é, aqueles trabalhadores que, pelo fato de não possuírem qualificações especiais, entram e saem muito rapidamente do mercado de

geração de jovens espanhóis que, a despeito de seus diplomas, agoniza entre o subemprego e a exclusão social, através da crítica às políticas “austeritárias” impostas pela Troika e ao regime bipartidário entre PP e PSOE (BRAGA, 2014). Os jovens, mais afetados pelo desemprego ou o trabalho precário passaram a ocupar lugar central na política através da mobilização de vários coletivos para a resistência social. Nesse contexto, alguns coletivos universitários uniram-se para formar em fevereiro de 2011 o movimento *Juventud Sin Futuro*, com o objetivo de barrar contrarreformas antissociais do governo que tendiam a agravar a situação de precariedade material e de desesperança entre os jovens. O grupo se define da seguinte maneira: “Somos a juventude condenada ao desemprego, à precariedade ou ao exílio, produzidos por políticas injustas impostas pela elite econômica e política” (JUVENTUD SIN FUTURO, 2011, [s.p], tradução nossa).

Desse e de outros coletivos partiram os principais impulsos para a eclosão do movimento dos *Indignados*, ou 15-M, em referência à manifestação do dia 15 de maio de 2011 em Madri, quando milhares de pessoas decidiram acampar na *Puerta del Sol*, importante praça da capital espanhola. Para Pereira (2015), o 15-M constituiu um movimento heterogêneo: ao lado de grupos de esquerda como o “Democracia Real, YA”, surgiram vários conservadores entre os manifestantes, sobretudo horrorizados com a corrupção do Partido Popular (PP), e também “apolíticos”¹⁹, que nunca haviam ido às ruas para manifestar descontentamento em relação às suas condições de vida. O 15-M também colocou sobre a mesa a rejeição das elites políticas e econômicas, sistematicamente relacionadas com corrupção (IGLESIAS, 2015). A partir do 15-M diversas manifestações ocorreram em 2011 e 2012 na Espanha pelo direito à moradia, contra políticas neoliberais, redução dos direitos sociais, contra o pacto do Euro etc. Alguns cartazes elaborados no seio do 15-M ajudam a ilustrar as reivindicações desses movimentos, como demonstrado na Figura 2.

trabalho. O precariado consiste no setor da classe trabalhadora mais pressionado pelo aumento da exploração econômica e pela ameaça da exclusão social (BRAGA, 2013).

¹⁹ “Apolíticos” podem ser definidos pela expressão coletiva “I-don’t-belive-in-politics-ist”, em referência a determinada ideologia cujo nome termine em *ist*, como *communist* (ARRIAGA, 2014, p. 2).

Figura 2 – Alguns cartazes criados no 15-M



Fonte: Pereira (2015).

A Figura 2 elucida que as críticas do 15-M iam desde até a democracia puramente formal e minimalista até a televisão, passando pelo sistema de modo geral (“o sistema não quer cidadãos, quer apenas escravos”) e pelo financiamento imobiliário (homem escravizado pela própria casa). A perda do direito à moradia foi fundamental para a eclosão dos movimentos de resistência do povo espanhol após 2008. A dificuldade para pagar os financiamentos e aluguéis provocou uma média de quinhentos despejos por dia até 2013 e deixou na rua mais de 500 mil famílias espanholas (MARRA, 2014). A Figura 3 mostra um cartaz do 15-M que pedia a paralização dos despejos na Espanha.

Figura 3 – Cartaz do 15-M contra despejos



Fonte: Pereira (2015).

Esse cartaz contra os despejos leva o rosto de Ada Colau, que se destacou nacionalmente na participação da Plataforma dos Afetados por Hipotecas, formado por pessoas despejadas de suas residências por não pagar hipotecas (ESPANHA, 2015). Posteriormente, em 2015, ela foi eleita prefeita de Barcelona. Em suma, o movimento 15-M, que tomou as praças espanholas durante semanas, tornou-se a principal expressão do esgotamento do sistema social e político que emergiu da transição pós-franquista na Espanha. E a principal expressão política desses movimentos foi o Podemos (IGLESIAS, 2015). Em grande medida, o Podemos é a expressão do avanço dessas lutas e da resistência da juventude, mas não só dela, frente a uma crise pela qual ela é diretamente penalizada (QUERIDO, 2014).

O Podemos surge logo após a divulgação do manifesto “*Mover ficha: convertir la indignación en cambio político*”, assinado por vinte e sete intelectuais, sindicalistas, jornalistas, trabalhadores da cultura e ativistas sociais. A primeira assinatura é a do professor de Ciência Política da Universidade Complutense de Madri, Juan Carlos Monedero, que já trabalhou inclusive como assessor de Hugo Chávez, ex-presidente da Venezuela. O manifesto entendia que era necessária uma candidatura às eleições ao Parlamento Europeu que representasse a onda de indignação popular que assombrara o mundo. Uma candidatura unitária de ruptura, encabeçada por pessoas que expressassem novas formas de relacionar-se com a política, e que se tornasse uma ameaça real para o regime bipartidarista do PP e do PSOE (MOVER FICHA, 2014). No dia seguinte, 14 de janeiro de 2014, anunciou-se que o professor universitário Pablo Iglesias, nome já conhecido na mídia nacional, fora o escolhido para encabeçar o movimento (QUERIDO, 2014).

Sobre a relação do Podemos com o 15-M, Juan Carlos Monedero destaca que o movimento representou um novo despertar da cidadania para o debate político, porém acabou por se caracterizar pela rejeição às lideranças e pela recusa de se institucionalizar. O 15-M não possuía liderança, estrutura, nem programa, por isso não foi uma resposta, e sim uma pergunta ao modelo neoliberal e ao modelo representativo. O lema era “não nos representam”. Nesse sentido o Podemos difere do 15-M, porque o partido busca representar uma vontade política (MORAIS; PACHECO, 2014). O partido político Podemos foi fundado por três professores da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Complutense de Madri: o próprio Juan Carlos Monedero, Carolina Bescansa e Pablo Iglesias. Para Monedero, foi “a

primeira vez que um grupo de professores progressistas utilizou o conhecimento das Ciências Políticas para fazer algo de concreto. E funciona. Geralmente só funcionava com os conservadores” (MORAIS; PACHECO, 2014). O respaldo popular que o Podemos vem alcançando inclusive coloca por terra o argumento de Duverger (1970) de que era raríssimo que a emergência de um partido a partir de setores da intelectualidade encontrasse uma base popular que lhe permita alcançar êxito eleitoral em um regime de sufrágio universal. Os três professores da Universidade Complutense, ao lado de um grupo reduzido de colaboradores, estabeleceram as regras do novo partido e sua dinâmica de “círculos” (GÓMEZ; PÉREZ-LANZAC, 2014, [s.p]).

Os protestos de 2011 denunciavam a falta de representatividade do sistema partidário, a aversão ao bipartidarismo e aos políticos tradicionais. Havia um “terreno fértil” para a ascensão de uma alternativa política. O Podemos soube interpretar esse sentimento. Íñigo Errejón, chefe de campanha de Podemos para o Parlamento Europeu e uma das principais lideranças do partido, declarou que após o 15-M havia “muito descontentamento, muito ativismo, muitos coletivos que não sabiam fazer campanhas convencionais, mas sabiam fazê-las nas redes. Havia um grande espaço vazio”. Errejón cita experiências na América Latina que influenciaram o Podemos, como é o caso do Equador, que incorporou ao jogo político as pessoas que estavam de fora. Errejón resume a ascensão do Podemos em duas ideias: “discurso bem-sucedido e visibilidade midiática” (GÓMEZ; PÉREZ-LANZAC, 2014).

É nítida a influência de países latino-americanos para a política do Podemos. Essa identificação do Podemos com a América Latina também tem origem na Universidade Complutense de Madri: dois dos principais líderes do partido (Pablo Iglesias e Íñigo Errejón) foram orientados pelo mesmo professor em suas teses de doutorado: Heriberto Cairo Carou, politólogo especializado em América Latina e agora secretário político do Podemos (QUERIDO, 2014). Íñigo Errejón trabalhou no Equador como assessor e investigador. Sua tese de doutorado também versou sobre um país da América Latina – *La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo*. Para Iglesias (2015), nos últimos quinze anos emergiram novos adversários ao neoliberalismo, não só dos movimentos sociais, mas também em nível estatal. Na América Latina, imersa em uma grave crise política e econômica, grupos progressistas obtiveram

importantes vitórias eleitorais que se transformaram em projetos de recuperação da soberania nacional e regional na Bolívia, Equador e Venezuela.

Nas palavras do principal porta-voz do Podemos;

Nosso pensamento se vale de um conjunto particular de experiências – a ‘década ganha’ na América Latina – e de um modelo de comunicação política: nosso programa de televisão La Tuerka. Nossas análises das experiências na América Latina nos ofereceram novas ferramentas teóricas para interpretar a realidade da crise na Espanha, no contexto da periferia da eurozona; desde 2011, começamos a falar da ‘latinoamericanização’ do Sul da Europa como a abertura de uma nova estrutura de oportunidade política. Essa alternativa populista foi teorizada principalmente por Íñigo Errejón, sobre a base de trabalho de Ernesto Laclau (IGLESIAS, 2015, p. 9, tradução nossa, grifos do autor).

A segunda chave para a hipótese do Podemos eram os programas televisivos: “a televisão condiciona e ajuda a recriar os marcos através dos quais as pessoas pensam [...] em um nível de muito maior intensidade que os lugares tradicionais de produção ideológica: a família, a escola, a religião.” (IGLESIAS, 2015). Além disso, Iglesias e sua equipe acreditavam que as pessoas não se envolviam mais em política através dos partidos, mas pelos meios de comunicação. Os programas televisivos La Tuerka e posteriormente também o Fort Apache eram os meios pelos quais os idealizadores do Podemos travariam a luta política em um nesse terreno fundamental de produção ideológica. Ou, em outras palavras, esses programas serviram como escolas para intervir mais efetivamente nos meios de comunicação. Um dos resultados das manifestações que a Espanha vivia foi a abertura de um novo espaço nos debates televisivos para aqueles que representavam as vítimas da crise. Pablo Iglesias aproveitou esse espaço e passou a aparecer frequentemente nos debates televisivos, tornando-se conhecido nacionalmente. Esse personalismo foi utilizado como estratégia do Podemos na campanha para o Parlamento Europeu. Na cédula de votação, em lugar do logotipo do partido, o Podemos colocou a imagem do rosto de Pablo Iglesias, como mostra a Figura 4.

Figura 4 – Cédula do Podemos nas eleições para o Parlamento Europeu



Fonte: Ministerio del Interior, 2015.

A utilização do rosto de Iglesias no lugar do logotipo do partido é justificada pelo próprio Secretário-geral do Podemos: “o povo da televisão, ou o país da televisão por assim dizer, não sabia nada acerca de um novo partido político chamado Podemos, mas conhecia o garoto do rabo de cavalo” (IGLESIAS, 2015, p. 17, tradução nossa).

Os debates televisivos em que Iglesias participava deixavam claro que a divisão do campo político esquerda *versus* direita criava uma situação na qual uma mudança em uma direção progressista era inviável na Espanha. Em outras palavras, uma proposta que defendesse os direitos humanos, a soberania e o vínculo entre democracia e políticas redistributivas estava fadada ao fracasso eleitoral (IGLESIAS, 2015). Por isso, os fundadores do Podemos buscaram desde o início transformar a linguagem política tradicional: o antagonismo entre “proletariado” e “burguesia” cedeu espaço para a luta entre o “povo” e a “casta”, os “de baixo” contra os “de cima”, com o intuito de sublinhar o fosso existente entre a “gente decente” e as elites detentoras do poder político e econômico (QUERIDO, 2014). O Podemos então organizou seu discurso em torno da necessidade de uma democratização radical da política do país, que deveria fazer frente à crise do regime bipartidário oriundo dos pactos de transição pós-franquista da década de 1970. Dessa forma, o Podemos visa à transformação da linguagem política tradicional, modernizando a linguagem da esquerda.

Mas será que, de fato, o Podemos é um partido de esquerda? Segundo Bobbio (1995),

o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de “esquerda”, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como uma utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais (BOBBIO, 1995, p. 110)

Para iniciar a análise, do ponto de vista de como os espanhóis posicionam o Podemos no espectro ideológico, perguntou-se onde eles situavam os principais partidos políticos em uma escala entre um (esquerda) e dez (direita). O resultado se encontra na Tabela 1.

Tabela 1 – Onde os espanhóis situam os principais partidos no espectro ideológico

	1 Izquierda	2	3	4	5	6	7	8	9	10 Derecha	N.S.	N.C.	(N)
PP	1,1	0,1	0,2	0,4	2,1	6,6	13,2	23,4	17,1	21,1	13,4	1,4	(2.479)
PSOE	3,3	4,0	13,1	25,5	21,7	8,8	4,7	2,2	0,7	0,8	13,8	1,4	(2.479)
IU (ICV en Cataluña)	19,0	21,3	22,5	11,5	5,6	0,7	0,4	0,1	0,1	-	17,3	1,5	(2.479)
UPyD	2,8	1,9	3,5	8,1	19,2	11,4	6,4	4,0	2,2	2,1	36,8	1,6	(2.479)
Podemos	32,1	15,3	11,2	5,5	5,3	1,4	0,6	0,4	0,2	0,3	26,1	1,5	(2.479)
Ciudadanos	2,0	1,6	2,8	5,2	17,7	16,8	9,0	5,6	3,2	1,9	32,6	1,5	(2.479)

Fonte: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2015b.

A Tabela 1 sinaliza que o Podemos é considerado pelos espanhóis um dos partidos posicionados mais à esquerda no espectro ideológico, juntamente com a Izquierda Unida. À direita o partido que se destaca é o Partido Popular (PP), ao qual pertence o atual Presidente do Governo da Espanha, Mariano Rajoy. O PSOE é posicionado pelos espanhóis na centro-esquerda, enquanto que o Ciudadanos situa-se na centro-direita. Em suma, o exame da tabela deixa evidente que os espanhóis identificam o Podemos como um partido de esquerda. Mas será que quem vota no Podemos realmente são eleitores de esquerda? A Tabela 2 cruza a variável posição ideológica autodeclarada com a probabilidade de votar no Podemos nas próximas Eleições Gerais. A escala ideológica varia entre um (extrema-esquerda) e dez (extrema-direita). A probabilidade de se votar no Podemos varia de zero (com toda a certeza, nunca votaria) a dez (com toda a certeza, votaria sempre).

Tabela 2 – Escala de autodeclaração ideológica e probabilidade de votar no Podemos nas Eleições Gerais de 2015

	TOTAL	1 Izquierda	2	3	4	5	6	7	8	9	10 Derecha	N.S.	N.C.
Podemos													
0 Con toda seguridad, no le votaría nunca	48,0	33,3	21,0	28,6	35,2	47,6	69,0	78,7	84,3	92,6	90,3	49,6	57,5
1	4,0	1,9	2,4	2,5	4,5	6,4	8,4	3,9	3,6	-	-	0,8	-
2	3,3	4,6	4,0	2,5	3,2	4,0	4,9	3,9	1,2	3,7	-	2,4	1,9
3	4,9	1,9	7,3	4,4	8,5	5,6	5,3	0,6	6,0	-	-	3,2	3,1
4	5,1	9,3	8,9	6,3	9,3	4,9	0,4	1,3	1,2	-	3,2	2,4	5,0
5	11,0	7,4	16,9	18,7	16,0	12,7	1,8	2,6	-	-	3,2	7,2	9,4
6	4,3	10,2	6,5	8,0	5,6	3,1	2,7	0,6	2,4	-	-	2,8	2,5
7	3,5	7,4	8,1	7,7	5,3	1,6	1,3	0,6	-	-	-	3,6	-
8	4,0	9,3	7,3	9,1	4,3	2,8	2,2	-	1,2	-	3,2	2,8	-
9	1,3	2,8	3,2	3,6	0,8	0,9	-	-	-	-	-	1,2	0,6
10 Con toda seguridad, le votaría siempre	3,1	8,3	10,5	5,2	2,1	2,3	1,3	1,9	-	-	-	2,8	1,9
N.S.	6,0	3,7	3,2	3,0	5,1	6,4	2,7	5,2	-	3,7	-	18,0	8,8
N.C.	1,5	-	0,8	0,5	-	1,9	-	0,6	-	-	-	3,2	9,4
(N)	(2.479)	(108)	(124)	(364)	(375)	(576)	(226)	(155)	(83)	(27)	(31)	(250)	(160)
Media	2,44	4,01	4,58	4,13	3,03	2,14	1,04	0,63	0,53	0,08	0,55	2,08	1,46
Desviación típica	3,06	3,55	3,30	3,28	2,88	2,79	2,17	1,85	1,48	0,39	1,79	3,09	2,49
(N)	(2.292)	(104)	(119)	(351)	(356)	(528)	(220)	(146)	(83)	(26)	(31)	(197)	(131)

Fonte: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2015b.

A análise da Tabela 2 indica que, em linhas gerais, à medida que os espanhóis se distanciam da esquerda política, maior é a porcentagem de respostas “com toda a certeza, nunca votaria” no Podemos. A rejeição ao Podemos chega a ultrapassar os 90% entre os espanhóis que se situam entre nove e dez no espectro ideológico (extrema-direita). Ao mesmo tempo, o índice de eleitores que afirma que votará com toda a certeza no partido é mais alto entre os espanhóis que se autodeclararam entre um a três na escala ideológica (esquerda). Isto é, os prováveis eleitores do Podemos nas Eleições Gerais de 2015, no geral, encontram-se na esquerda ideológica.

A análise dessas duas tabelas indica que os espanhóis consideram o Podemos um partido “de esquerda”. A posição ideológica do Podemos ficará mais clara ainda durante o exame do programa da legenda. Apesar de haver uma identificação do partido com a esquerda, o Podemos almeja se tornar um partido de amplo espectro ideológico. Por isso, em seus discursos, o principal porta-voz e Secretário-geral do Podemos, Pablo Iglesias, evita a polarização esquerda *versus* direita, buscando transformá-la em uma confrontação entre privilegiados (a “casta”) e pessoas decentes. O discurso duro do Podemos direciona-se contra os partidos dessa casta (PP e PSOE, também chamados pejorativamente de “PPSOE”). A estratégia da transversalidade, se, por um lado, não recebe apoio das pessoas que se autodeclararam de direita, pelo menos parece estar surtindo efeito eleitoral positivo

no sentido de tirar alguns votos do Partido Popular, identificado com a direita política. A Tabela 3 explica essa situação.

Tabela 3 – Lembrança de voto nas Eleições Gerais de 2011 e probabilidade de votar no Podemos nas Eleições Gerais de 2015

	TOTAL	PP	PSOE	IU (en Cataluña ICV)
Podemos				
0 Con toda seguridad, no le votaría nunca	48,0	73,8	39,6	16,9
1	4,0	4,0	3,5	2,2
2	3,3	3,6	2,4	2,2
3	4,9	3,0	6,9	3,8
4	5,1	2,2	5,6	7,7
5	11,0	4,0	16,4	19,1
6	4,3	1,5	6,3	8,7
7	3,5	0,8	3,7	9,8
8	4,0	1,5	4,3	11,5
9	1,3	0,7	1,7	3,3
10 Con toda seguridad, le votaría siempre	3,1	1,2	3,5	9,8
N.S.	6,0	3,6	5,8	4,4
N.C.	1,5	0,2	0,2	0,5
(N)	(2.479)	(604)	(536)	(183)

Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015b.

A Tabela 3 cruza a lembrança dos espanhóis do partido no qual votou nas últimas eleições gerais, em 2011, com a probabilidade de votar no Podemos nas Eleições Gerais de 2015. Dos três maiores partidos, a Izquierda Unida (IU) é a que possui maior probabilidade de transferir proporcionalmente votos ao Podemos, o que é natural, pois ideologicamente os partidos são bastante próximos. O que chama a atenção é que dentre os eleitores de 2011 do Partido Popular, claramente identificado com a direita, 22,5% alegam poder votar, em uma probabilidade maior ou menor, no Podemos em 2015. Ou seja, a estratégia da transversalidade tem surtido algum efeito eleitoral positivo ao Podemos.

2.2 DINÂMICA, FINANCIAMENTO E ATUAÇÃO NO PARLAMENTO EUROPEU

É considerado membro do Podemos qualquer pessoa envolvida em qualquer das vias pelas quais o partido se articula, como círculos, banco de talentos e participação em decisões coletivas pela *internet*. Inclusive podem participar do Podemos membros de outros partidos, apesar de filiados a outras legendas não

poderem ocupar cargos eletivos. Apenas para evitar suspeitas futuras, sugere-se que os membros de outros partidos declarem isso em assembleia. As assembleias não devem ter duração maior do que três horas, para não impedir a participação de cidadãos ocupados com trabalho, família ou outras dependências (PODEMOS, 2015d). Os círculos constituem redes organizadas através da *internet*:

Son agrupaciones voluntarias y abiertas de personas que convergen interesadas por el cambio sustentado en la democracia y la participación. Existen dos tipos, territoriales, que son de un territorio determinado y sectoriales, de un área programática o categoría profesional. Tienen independencia organizativa siempre que se respeten los documentos aprobados por la asamblea ciudadana. Cualquier persona puede poner en marcha un círculo y solicitar su validación, no hace falta estar inscrito o ser miembro de Podemos.” (PODEMOS, 2015d, [s.p.]).

A constituição de um círculo se inicia com a convocação de uma assembleia aberta para que todas as pessoas da localidade interessadas em participar possam fazê-lo. O partido sugere que se crie uma página no *Facebook* (onde os interessados recebem autorização para a formação do círculo) e um *e-mail* para auxiliar na convocação da assembleia. Os círculos podem ter caráter territorial (cidade ou bairros) ou setorial (saúde, cultura ou educação, por exemplo). Para participar, é necessário declarar apenas um nome e um endereço de *e-mail*. Também não é exigido número mínimo de participantes. Ademais, os círculos não possuem sede. As assembleias devem ter ordem do dia divulgada com antecedência suficiente para que todos os interessados possam estudar os temas e se preparar para as assembleias, a fim de se evitar improvisações e debates pouco frutíferos (PODEMOS, 2015d).

Cada círculo também constituirá uma comissão de imprensa, responsável por servir como ponte entre as iniciativas do partido e os meios de comunicação. Sugere-se que a otimização do relacionamento com a mídia seja feita pela compatibilidade entre a especialização de duas ou três pessoas na comissão de imprensa e a dinamização das tarefas de porta-vozes. Ou, em outras palavras, os mesmos dois ou três membros se encarregam pelo contato com os meios de comunicação e redigem as notas de imprensa, ao passo que os as intervenções públicas e declarações são feitas por diferentes porta-vozes, em função do conhecimento sobre o tema a ser tratado (PODEMOS, 2015d).

Também existem espaços técnicos de reunião entre os círculos, que servem para coordenar os trabalhos desses, compartilhar as experiências de trabalho e

tomar decisões exclusivamente técnicas entre os diferentes círculos, sem deliberações políticas. Outra ferramenta de comunicação *on-line* utilizada pelo Podemos é a “*Plaza Podemos*” de *Reddit*, um espaço virtual onde se realizam entrevistas coletivas aos eurodeputados do Podemos e onde se debatem propostas. Neste espaço existe liberdade de participação, e a própria comunidade aprecia os comentários, que são selecionados de acordo com o seu apoio. À medida que as propostas vão surgindo, são enviados para cada círculo, para que seus membros acessem os debates e sugiram novas propostas. A plataforma, porém, não pode se constituir em um espaço decisório, apenas um viveiro de ideias (PODEMOS, 2015d).

O financiamento do Podemos se baseia em três princípios: independência dos bancos e do poder econômico, transparência (prestação de contas *on-line* a cada três meses) e inovação. A inovação está nos instrumentos utilizados para captação de recursos: *crowdfunding*, microcréditos e colaborações periódicas não obrigatórias. O financiamento coletivo (*crowdfunding*) funciona através de uma chamada pública para o financiamento de projetos particulares. O financiamento é solicitado *on-line*, geralmente em quantidades relativamente pequenas, a partir de doadores individuais ou investidores, e vai para projetos particulares: empréstimos pessoais para as pequenas empresas, produção de filmes e música, por exemplo. Na maioria das vezes, a compensação do financiador consiste em receber um produto ou serviço da atividade financiada. Ou seja, investidores são consumidores e vice-versa. Nesse sentido, o *crowdfunding* desafia o modelo tradicional de investimento privado, onde há clara distinção entre consumidores e um único investidor (ou pequeno grupo de investidores), que financia determinado projeto (BELLEFLAMME; LAMBERT; SCHWIENBACHER, 2010). É comum também o estabelecimento de uma meta de arrecadação que deve ser atingida para que o projeto seja viabilizado. Caso a meta não seja atendida, o projeto não é realizado, e o dinheiro retorna aos seus doadores. Governos, partidos políticos e o setor público também têm utilizado com frequência cada vez maior o *crowdfunding*. Barack Obama, por exemplo, contou com pequenas doações solicitadas *on-line* para alavancar sua campanha presidencial em 2008. Obama havia arrecadado 16 milhões de dólares em doações *on-line* de 200 dólares ou menos durante sua pré-candidatura à presidência dos Estados Unidos em 2008, o que lhe deu uma vantagem significativa sobre sua companheira de partido Hillary Clinton, que arrecadara apenas 4 milhões em doações do mesmo tipo (FOWLER, 2007).

Os microcréditos utilizados pelo Podemos são empréstimos de valor entre cem e 10 mil euros e que serão devolvidos quando o partido receber a próxima subvenção eleitoral, provavelmente em dezembro de 2015. Essa subvenção faz parte do financiamento eleitoral pelo Estado espanhol com os gastos eleitorais das campanhas para o Congresso de Deputados, Senado, Parlamento Europeu e eleições municipais. Os valores das subvenções variam de acordo com o número de cadeiras obtidas e o número de eleitores²⁰. Em nenhum caso a subvenção pode ultrapassar os gastos eleitorais declarados, de acordo com a Lei Orgânica do Regime Eleitoral Geral da Espanha (JUNTA ELECTORAL CENTRAL, art. 127. 2015). Isso fez com que o Podemos “deixasse de receber” cerca de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) euros de subvenção após as eleições para o Parlamento Europeu, uma vez que teria direito a mais de 1.650.000 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil) euros, se tivesse esse gasto durante a campanha eleitoral, porém sua campanha custou pouco mais de 100.000 (cem mil) euros (PÉREZ, 2014).

Assim, no fim do ano de 2014, as subvenções eleitorais representavam menos de 10% da renda do Podemos, ao passo que as doações consistiam em quase 83%²¹ dos ingressos do partido. Durante todo o ano, foram mais de 56 mil doações, 90% delas inferiores a 25 euros, o que mostra o quão importante é o pequeno financiamento de membros e simpatizantes para o partido. A partir do momento em que um partido político baseia-se no *crowdfunding* e microcrédito como principais fontes de receitas, há um claro distanciamento do modelo de *partido cartel*, onde o Estado representa o principal financiador da atividade partidária e onde o partido encontra um fluxo de caixa mais estável e independente da sazonalidade das doações de seus filiados. Ao mesmo tempo, parece haver uma aproximação dessa forma de financiamento do modelo de *partido de massas*, que dependia sobretudo das contribuições de seus membros e simpatizantes para o levantamento de recursos para as atividades dos partidos.

²⁰ Em 2014 a subvenção eleitoral para o Parlamento Europeu correspondeu a 32.508,74 euros para cada cadeira obtida, mais 1,08 euros para cada um dos votos na candidatura, desde que pelos menos um dos membros tenha obtido uma cadeira de Deputado. Além de um aporte extra que varia entre 0,02 a 0,16 euros por eleitor, sempre que a candidatura atinja pelo menos 1% dos votos válidos (ESPAÑA, 2014).

²¹ Cerca de 965 mil euros (PODEMOS, 2015c).

Acerca da atuação no Parlamento Europeu, os cinco eurodeputados²² eleitos pelo Podemos integram o grupo da Esquerda Unida Europeia/Esquerda Nórdica Verde²³. O grupo foi formado inicialmente por comunistas e afins, englobando posteriormente membros da esquerda não-socialista e, por fim, com o alargamento da União Europeia aos países nórdicos e Áustria em 1995, a aliança Esquerda Nórdica Verde também se uniu ao grupo. A Izquierda Unida é o outro partido espanhol que integra o grupo. Respeitando as diferentes opiniões de seus membros, o grupo tem como princípio norteador uma integração europeia socialmente justa, pacífica, sustentável e baseada na solidariedade internacional e com melhoria da qualidade de vida das pessoas (GUE/NGL, 2013).

Dentre os objetivos da Esquerda Unida Europeia/ Esquerda Nórdica Verde inclui-se a luta por mais e melhores empregos e oportunidades educacionais, por mais segurança social e solidariedade, por uma forma respeitosa de lidar com a terra e seus recursos, pelo intercâmbio cultural e diversidade, pelo desenvolvimento econômico sustentável e por uma política de paz consistente e forte. Todos esses objetivos devem ser o fim do processo de integração europeia. Além disso, o grupo possui a missão de tornar a União Europeia mais humana e transparente. Há o desejo de mais democracia direta e participação ativa dos cidadãos. Para o grupo, a União Europeia deve-se tornar um projeto do seu povo, e não continuar sendo um projeto das elites, com igualdade de gênero, defesa dos direitos e liberdades civis e ao respeito dos direitos humanos. O antifascismo e o antirracismo também fazem parte da tradição de movimentos de esquerda na Europa e, conseqüentemente, da Esquerda Unida Europeia (GUE/NGL, 2013).

A preocupação em refletir o desejo das ruas da Espanha levou os cinco eurodeputados do Podemos a rejeitar o salário de cerca de 8 mil euros. Os parlamentares decidiram não receber mais de três vezes o salário mínimo espanhol, um total de 1,9 mil euros. Na Europa, o grupo tem manifestado seu apoio à esquerda grega ligada ao Syriza, e na Espanha defendem uma renda básica para todos e um forte controle fiscal dos bancos, além de se mostrem a favoráveis à imigração (MARRA, 2014). Visto como o Podemos tem atuado no Parlamento europeu, passa-se agora a verificar como o partido é estruturado internamente.

²² Pablo Iglesias Turrión, María Teresa Rodríguez-Rubio Vázquez, Carlos Jiménez Villarejo, María Dolores Lola Sánchez Caldentey e Pablo Echenique Robba.

²³ O grupo possui atualmente 52 membros, originários de 14 países (GUE/NGL, 2013).

2.3 ESTRUTURA E ELEIÇÕES INTERNAS

A cúpula nacional do Podemos é formada pelo Secretário-geral, pelo Conselho Cidadão, com 62 membros, e pela Comissão de Garantias Democráticas, com 10 pessoas, ambos os órgãos com representação paritária entre homens e mulheres, todos eleitos em outubro de 2014 durante a Assembleia Cidadã de Madri, com a participação presencial de mais de dez mil pessoas, enquanto outras milhares assistiam à transmissão ao vivo e comentavam nas redes sociais. Para se candidatarem a um cargo na cúpula do partido, os membros deveriam se inscrever nas primárias e obterem o aval de um círculo (cada círculo poderia inscrever no máximo três candidatos). Deste processo, elaborado por completo na rede, formou-se uma lista de 150 pessoas com um único requisito, a paridade absoluta: um homem, uma mulher. A lista dos 150 foi votada por todos os círculos e deste processo criou-se uma listagem definitiva de 62 pessoas. Os representantes foram eleitos pelo voto de mais de cem mil membros do partido, e todos os eleitos faziam parte da lista apresentada por Pablo Iglesias (MARTÍNEZ, 2014).

Um dado que salta aos olhos é a diferença da porcentagem de votação entre os integrantes da lista de Pablo Iglesias “Claro que Podemos” e os demais candidatos a cargos na cúpula nacional do partido. As diferenças de votos entre o último candidato eleito e o primeiro candidato não eleito foram abissais. Para o Conselho Cidadão, o último candidato eleito (62º da lista apresentada por Pablo Iglesias), obteve 73% dos votos, enquanto que o primeiro candidato não eleito restou com apenas 5%. Para a Comissão de Garantias, o último candidato eleito fez 79% dos votos, ao passo que o primeiro candidato não eleito restou com 5%. Na Secretaria Geral a diferença foi ainda maior: Pablo Iglesias foi eleito com quase 97% dos votos, quando o segundo colocado ficou com 1% (PODEMOS, 2015a). Isso pode indicar que, apesar da participação bastante aberta nos círculos do partido, o acesso a cargos na cúpula do Podemos é bastante fechado.

Ou seja, o Podemos adota claramente a estratégia de fortalecimento do líder em detrimento de outros membros do partido. Essa é a crítica da Izquierda Anticapitalista (IA), antigo partido político que se transformou em movimento em janeiro de 2015 para poder participar do processo constituinte do Podemos (MANETTO, 2015a). A IA relata que na Assembleia Cidadã realizada em Madri em

outubro de 2014, que definiu a estrutura organizacional do Podemos, havia duas propostas rivais. Pablo Iglesias e Juan Carlos Monedero defenderam uma liderança única e centralizada, com argumentos de eficácia eleitoral. A proposta organizativa pela Izquierda Anticapitalista era de três Secretários-gerais, sorteio de uma parte dos cargos (uma proposta de ativistas provenientes do 15-M) e maior protagonismo para os círculos. Nesse debate, Iglesias declarou que “três Secretários-gerais não vencem Mariano Rajoy e Pedro Sánchez²⁴”, ao passo que Tereza Rodríguez, uma das lideranças do IA, respondeu que “quem vence eleições não é um Secretário-geral, nem três, nem cem, e sim a gente”. A proposta de Iglesias saiu vencedora pela votação *on-line*. Esse modelo organizativo, para a IA, consolida a relação entre o líder hipermidiático e a “gente” anônima que vota pela Internet (MARTÍNEZ, 2014). Desta forma, uma liderança forte aproxima o Podemos dos partidos políticos clássicos e ainda pode configurar um indício de “desdemocratização” (LAWSON, 2007) promovida pelo novo partido. Essa característica também pode demonstrar uma tendência à oligarquia. Baquero (2000) explica que o discurso das lideranças partidárias que mostram tendências oligárquicas é contraditório. Externamente, defendem eleições competitivas e fortalecimento da democracia. Dentro da organização, porém, praticam ações que visam ao monopólio do gerenciamento e do controle do partido.

A convergência ao centro é outra crítica feita pela *Izquierda Anticapitalista* ao Podemos. Iglesias declarou na Assembleia Cidadã de outubro de 2014 que não se conformava com apenas 5 eurodeputados e que o Podemos “chegou para ganhar”. Para alcançar esse objetivo, teria que apelar para a maioria social para “ocupar o centro” do cenário político, ganhar as eleições e lograr um “*gobierno de la gente*”. Só que para ocupar um lugar central no tabuleiro político, Iglesias propõe descartar as referências à esquerda e moderar o discurso e o programa. Exemplo disso é a idade para aposentadoria. No programa colaborativo do Podemos para as eleições europeias, o partido defendia a redução da idade de aposentadoria para 60 anos (hoje é de 67 anos em geral). Em novembro de 2014, no lançamento dos princípios econômicos sobre os quais girará seu programa nas próximas eleições, o Podemos já defendia aposentadoria aos 65 anos de idade (NAVARRO; TORRES LÓPEZ, 2014). Esse giro de Iglesias e sua equipe, que passa por cima da democracia

²⁴ Secretário-geral do PSOE.

interna do Partido, mostra que Iglesias prepara o Podemos para chegar ao palácio, mas distanciando-se cada vez mais da praça (MARTÍNEZ, 2014).

Essas críticas aos rumos do Podemos não se restringem ao IA. O próprio Juan Carlos Monedero, fundador e principal ideólogo do partido, apresentou sua demissão da direção do Podemos no fim de abril de 2015. O motivo da decisão não ficou bem claro. Em um primeiro momento Monedero reconheceu que a organização que ajudou a criar caiu em alguns vícios da competição eleitoral, e que às vezes isso os fazia parecer com aqueles que queriam substituir, por exemplo, deixando de consultar um pequeno número de colaboradores para priorizar um minuto de televisão (MANETTO, 2015b) e que gostava mais de Eduardo Galeano do que *Game of Thrones*²⁵, em uma comparação que soa como uma alusão à diferenças ideológicas com Pablo Iglesias. Logo depois, Monedero se retratou, publicando em seu *blog* uma carta intitulada “Para meu amigo Pablo”, na qual reforçava a amizade com Pablo Iglesias, afirmava que as convicções fundacionais do Podemos seguiam orientando o partido, e dizia que tinha abandonado a direção do Podemos com a única intenção de “empurrar com muito mais força esse projeto”, sem os freios dos órgãos colegiados (MONEDERO, 2015). Independentemente dos motivos que levaram Monedero a deixar os órgãos diretivos do partido, a declaração de um fundador de que o Podemos estaria abandonando alguns de seus princípios em nome da competição eleitoral, o acesso restrito à cúpula nacional do partido e uma tendência à centralização do programa indicam que o recente partido não está isento de críticas inclusive de dentro da própria organização.

2.4 PROGRAMA

O programa do partido para as eleições ao Parlamento Europeu (PODEMOS, 2014), mais próximo das origens do partido, foi elaborado em 2014 através de três etapas: debate e contribuições individuais *on-line*, emendas coletivas dos círculos e referendo *on-line* sobre as emendas. Segundo manifesto intitulado “Apoio Internacional ao Podemos” (ACHCAR et al., 2014, [s.p.]), subscrito por diversos intelectuais, como Žižek Chomsky e Galeano,

²⁵ Seriado norte-americano citado diversas vezes por Pablo Iglesias em seus discursos. Em uma situação um tanto inusitada, Pablo Iglesias presenteou o Rei da Espanha, Felipe VI, com quatro temporadas da série. O Rei aceitou o presente, um pouco ruborizado, dizendo “parece muito bom, mas não vi” (DOMÍNGUEZ CEBRIÁN, 2015).

O programa político do Podemos, elaborado de maneira participativa por milhares de cidadãos, foi capaz de materializar o anseio compartilhado por milhões de pessoas de todo mundo em um projeto político concreto: uma ruptura com a lógica neoliberal do austericídio e a ditadura da dívida; uma partilha equitativa do trabalho e da riqueza; uma democratização de todas as instâncias da vida pública; a defesa dos direitos sociais e os serviços públicos, e o fim da corrupção e da impunidade com as quais o sonho europeu de igualdade, liberdade e fraternidade degenerou no pesadelo de uma sociedade injusta, desigual, oligárquica e cínica” (ACHCAR et al., 2014, [s.p.], tradução nossa).

Já o programa para as eleições para as comunidades autônomas, divulgado em maio de 2015 apresentou algumas mudanças significativas de postura em relação a alguns temas importantes. De modo geral, o programa ficou mais moderado. Em relação à economia, o programa do partido para as eleições ao Parlamento Europeu continha um plano de “resgate cidadão” através da criação de emprego decente no Sul da Europa: redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, diminuição da idade de aposentadoria para sessenta anos, incremento significativo do salário mínimo e o estabelecimento de um salário máximo proporcional ao salário mínimo. Além disso, o Podemos defendia uma auditoria cidadã da dívida pública e privada, com a reestruturação da dívida que não for considerada ilegal ou ilegítima. Para isso, o Podemos advogava a derrubada do art. 135 da Constituição Espanhola, que estabelece, entre outros, que o pagamento da dívida pública goza de “prioridade absoluta”:

Los créditos para satisfacer los intereses y el capital de la deuda pública de las Administraciones se entenderán siempre incluidos en el estado de gastos de sus presupuestos y *su pago gozará de prioridad absoluta*. Estos créditos no podrán ser objeto de enmienda o modificación, mientras se ajusten a las condiciones de la ley de emisión (ESPAÑA, 1978, [s.p.], grifo nosso).

A auditoria cidadã da dívida representa um exemplo de política latino-americana que serve de referência para o Podemos. Em entrevista para a BBC, Pablo Iglesias afirmou que entre exemplos de políticas latino-americanas interessantes aplicáveis à Espanha encontra-se a auditoria pública da dívida levada a cabo em 2007 no Equador pelo presidente Rafael Correa. Segundo Iglesias,

La auditoría pública de la deuda, que se hizo en Ecuador y eso sirvió para poner firmes a los poderes financieros, mejorar los niveles de desempleo, los niveles de vida y la redistribución de la renta. Los resultados macroeconómicos en los últimos años revelan que con una auditoría de la

deuda se puede trabajar en función de los ciudadanos (FERNÁNDEZ NAYS, 2014, [s.p.]).

Entretanto, no programa para as eleições municipais e de governos de algumas comunidades autônomas lançado em março de 2015 nem consta a auditoria da dívida pública, que fora substituída para “avaliação da dívida da administração pública e das empresas com participação pública” (PODEMOS, 2015b, p. 67, tradução nossa). A ideia em relação às comunidades autônomas passou a ser a análise do custo-benefício dos serviços públicos com a intenção de iniciar um processo de negociação com os credores. Apenas em casos de colusão ou má-fé que se abrirão processos de reestruturação da dívida. Além disso, o programa se limita a propor o “alívio” da dívida pública das comunidades autônomas e a promoção da renegociação com o Estado espanhol.

A recuperação do controle público de setores econômicos estratégicos que aparecia no programa para o Parlamento Europeu também fora substituído pela paralização dos planos de privatização da Administração e dos serviços públicos no programa para as comunidades autônomas do Podemos. O fomento da participação política através de orçamentos participativos em todos os âmbitos também foi deixado de lado. Outras mudanças passaram a ser “graduais”, como a implementação da jornada laboral para 35 horas com o objetivo de elevar o emprego, que será iniciada na Administração Pública, juntamente com planos de maior “eficiência” na gestão, “em função das competências das comunidades autônomas” (PODEMOS, 2015b, p. 26, tradução nossa). O direito a uma renda básica universal para todos os espanhóis que garanta um nível de vida digno também deu lugar a uma proposta de igualar de forma *gradual* a renda mínima ao salário mínimo interprofissional.

Ainda assim, o programa do Podemos continua sendo de mudanças, de maior intervenção do Estado na economia, de justiça social e de combate às políticas de austeridade fiscal. Por exemplo, o Podemos defende tanto em nível de UE como nas comunidades autônomas: uma política macroeconômica orientada ao fomento da demanda agregada, uma política tributária justa, orientada para a distribuição da riqueza e a serviço de um novo modelo de desenvolvimento, o combate à sonegação fiscal, o estabelecimento de imposto sobre as grandes fortunas e do imposto progressivo sobre o patrimônio. O objetivo dessas políticas, segundo o partido, é promover um “resgate cidadão”, que busca reaver direitos retirados dos

espanhóis: o direito à moradia, à saúde, o direito ao emprego e salário decente e a recuperação das pequenas e médias empresas.

Dentre esses direitos que o Podemos defende, o direito à moradia digna merece atenção especial do partido. O programa para o Parlamento Europeu previa a defesa da moratória da dívida hipotecária para a primeira residência de famílias com dificuldades para adimplir as prestações. Esse ponto foi negligenciado no programa para as comunidades autônomas. Restou, no entanto, o combate aos despejos forçados que não cumpram as normas internacionais em matéria de desalojamento e que não possuam alternativa habitacional. Isto é, paralisar os despejos até que a Administração encontre uma solução, seja oferecendo uma alternativa habitacional, seja negociando um acordo entre as partes, sem que o valor do aluguel supere 30% da renda familiar. O programa contempla também a criação de uma “Agência Pública de Mediação e Promoção do Direito à Moradia” (PODEMOS, 2015b, p. 55, tradução nossa), a qual promoverá contratos de arrendamento com garantias públicas, realizará assessoramento em Direito do Consumidor, a fim de evitar execuções hipotecárias por carência ou escassez de recursos. Além disso, a agência apoiará os consumidores em suas negociações com as entidades financeiras, dando prioridade à quitação e à reestruturação da dívida. Promover-se-á a revisão das cláusulas abusivas dos contratos hipotecários e se imporão sanções às entidades financeiras que imponham cláusulas abusivas em seus contratos. Ademais, o Podemos defende a adoção de procedimentos administrativos para atuar contra entidades ou pessoas que possuam mais de dez habitações vazias, inclusive com a inspeção de possíveis situações de especulação de proprietários de moradias vazias (empresas ou particulares donos de mais de dez moradias desocupadas).

Com relação à geração de energia, o Podemos também inova ao defender um plano de rápido desenvolvimento de energias renováveis, com apoio para a sua implementação em imóveis particulares, com a meta de se chegar ao ano de 2030 com as energias renováveis representando pelo menos 45% da matriz energética do país. Especificamente, o Podemos defende o fechamento programado das centrais nucleares, assegurando alternativas de empregos para seus trabalhadores, o auxílio estatal para sistemas de calefação e água quente renováveis, como a instalação de energia solar térmica e caldeiras de biomassa. Dessa forma o partido pretende colocar a energia a “serviço do povo”, barrando a mudança climática e melhorando a

qualidade do ar. Nesse mesmo sentido de preocupação com o meio-ambiente, consta no programa do partido o uso de transportes alternativos ao carro particular, como transporte público, bicicleta e ferrovias. O partido também advoga uma paradigma para a segurança pública, baseada na garantia das liberdades e direitos fundamentais, com o término das políticas antiterroristas que colocam em risco os direitos de liberdade.

O Podemos defende a educação pública, com infraestrutura e recursos humanos e suficientes para o cumprimento de seus objetivos, inclusive com prioridade orçamentária. Dentre as propostas do partido se encontram a limitação e a redução da taxa de alunos por aula em centros públicos e a redução das horas letivas dos professores. O partido busca colocar em marcha um programa de apoio escolar em entornos sociais mais desfavorecidos, privilegiando aqueles centros de ensino que tenham sido avaliados como de maior urgência. Além disso, o Podemos tem a intenção de colocar em marcha um “Plano de Aprendizagem Integrada de Línguas” na educação primária e secundária, com o intuito de combater a segregação social associada ao currículo diferenciado dos atuais programas bilíngues (PODEMOS, 2015b). No que tange à saúde, o Podemos propôs para o Parlamento da União Europeia um modelo de assistência pública, universal, igualitária e gratuita para todos os países, sustentado por todos os países do bloco, a reestatização dos hospitais privatizados e também o direito ao aborto livre, seguro e gratuito dentro da rede pública, e também o direito à “morte digna” (eutanásia). Essas propostas foram mantidas no programa para as eleições das Comunidades autônomas, como o “Plano de Reversão ao Sistema Público de Saúde dos Centros e Serviços Privatizados” (PODEMOS, 2015d, p. 45, tradução nossa).

Em relação ao sistema financeiro, o Podemos defende o fomento de instituições bancárias públicas que favoreçam o acesso ao financiamento em condições acessíveis, com o intuito de dar cobertura às necessidades produtivas e sociais. O programa para as comunidades autônomas também contempla o apoio à economia social e solidária, como a cessão de espaços públicos em desuso para os projetos de empreendimento cooperativo e ajuda aos trabalhadores de empresas em crise para que possam aceder a sua propriedade através de cooperativa ou sociedade laboral. Além disso, faz parte do programa do Podemos para a economia a aposta em um novo modelo produtivo mediante o desenvolvimento de um sistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação de maior valor agregado, através do

retorno de pesquisadores espanhóis do estrangeiro, redução do gasto militar e destinação para a pesquisa.

Com o intuito de fortalecer as instituições democráticas e torná-las cada vez mais permeáveis à participação cidadã, o Podemos defende a implementação de medidas contra a corrupção, como a declaração anual de bens de todos os ocupantes de cargos eletivos e a regulação dos *lobbies* (grupos de pressão). Este último ponto merece maior atenção: se, por um lado, uma lei poderá regular as “organizações de interesses” nas comunidades autônomas e suas relações com altos cargos da Administração Pública, por outro, isso pode fazer com que muitas atividades dos *lobbies* deixem de ser consideradas delitos, por possuírem um novo amparo legal. Ainda com a ideia de fortalecer a democracia, o partido propõe o fomento de uma cultura “open data”, uma filosofia que persegue a disponibilidade de dados para todo mundo, sem restrições, que possui o objetivo de evitar corrupção, clientelismo e práticas pouco virtuosas, além de um controle maior sobre o orçamento e o gasto. A criação da “Oficina Antifraude” (PODEMOS, 2015d, p. 65) nas comunidades autônomas é outra proposta do Podemos. Essa oficina consiste em um organismo de investigação e prevenção de fatos suspeitos de corrupção política e econômica e fornecerá subsídios para as diligências penais. Ainda, o Podemos pretende reduzir drasticamente cargos de alto escalão das comunidades autônomas e, com a economia de gastos, recontratar trabalhadores de saúde e educação demitidos a partir de 2008.

Para evitar a evasão fiscal e incentivar a democracia econômica em âmbito europeu, o programa do Podemos advoga o combate à fraude e paraísos fiscais através do intercâmbio de informações fiscais entre as administrações tributárias europeias, do fim do segredo bancário, da obrigatoriedade das empresas multinacionais e suas filiais prestarem contas de suas atividades em nível global e discriminado por países e do endurecimento das penas de delito fiscal, com a ampliação de recursos destinados ao seu combate. Eliminação dos paraísos fiscais localizados dentro da União Europeia e tentativa de coordenação com outros países para acabar com os paraísos fiscais fora da UE.

O programa para o Parlamento Europeu também contém a preocupação em potencializar a integração e a cooperação entre os povos. Relações exteriores com princípio da busca pela paz e contra as guerras, com corte de gastos militares e

estreitamento das relações com a América Latina. Em relação à política externa, o Podemos busca referência na América Latina. Segundo Monedero,

Aprendemos coisas da América Latina. Perceberam que a Organização de Estados Americanos (OEA) não os deixava voar. Então construíram a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Temos que fazer algo semelhante, que é reinventar a Europa. O que passa por estabelecer uma aliança entre os países do Sul. É absurdo que Portugal e Espanha continuem de costas voltadas. Precisamos de construir uma aliança entre Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Até com a França [...] (MORAIS; PACHECO, 2014, [s.p.]).

Ainda em relação às relações internacionais, o programa do Podemos advoga o reconhecimento do Estado da Palestina e a devolução dos territórios ocupados por Israel. Direcionamento da política comercial para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e emergentes, primando o relacionamento comercial com países democráticos e que respeitam direitos humanos, a revogação do Tratado de Lisboa e refundação das instituições europeias através de uma assembleia constituinte. O Podemos propõe também a revisão de acordos com países que desrespeitam direitos humanos, como Israel, a paralização do processo de negociação do Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento (TTIP), a revisão dos tratados de livre comércio com a Ásia, África e América Latina e a ampliação das relações comerciais com países do Sul da Europa, América Latina e do Magrebe inicialmente.

Para os partidos políticos, o Podemos defende a limitação considerável dos gastos com campanhas eleitorais e redução das verbas estatais aos partidos, além de uma reforma dos partidos políticos que vise à proibição dos empréstimos através de instituições financeiras e maior controle sobre as fundações vinculadas a partidos. Por fim, sobre os direitos sexuais, o Podemos propõe a legalização do aborto e acesso gratuito e universal às mulheres que voluntariamente queiram interromper a gravidez.

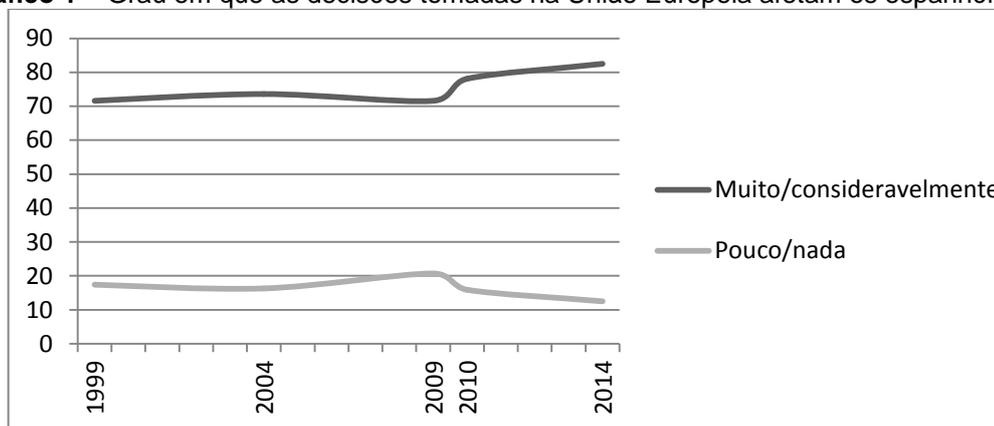
Em suma, o programa do Podemos consiste em uma agenda para a democratização do Estado social de direitos. Além de várias concessões à pequena propriedade privada, as medidas econômicas são de natureza socialdemocrata, e concentram-se na criação de emprego através da redução da jornada de trabalho, na regulação social das empresas públicas, e no fortalecimento da proteção trabalhista (BRAGA, 2014). As medidas políticas propugnadas pelo Podemos denotam a adesão a um reformismo forte e, no cenário de “crise que atualmente devasta o sul da Europa, a simples defesa do Estado social já configura um sério

desafio à reprodução de um capitalismo financeirizado incapaz de realizar concessões aos subalternos” (BRAGA, 2014, [s.p.]). Ou seja, o programa do partido, apesar de cada vez mais moderado, ainda representa um programa de mudança para as comunidades autônomas da Espanha e para a União Europeia, sobretudo com a paralização do movimento de avanço de medidas neoliberais e de austeridade fiscal, e a recuperação de direitos sociais dos cidadãos espanhóis.

3 ANÁLISE DE DADOS

A hipótese de pesquisa, já apresentada na introdução, é de que juntamente com a crise econômica, a cultura política espanhola passou por alterações significativas após 2008, fornecendo elementos para mudanças no sistema partidário. O teste da hipótese será elaborado verificando-se se houve ou não mudanças significativas na cultura política espanhola nos últimos anos. Para isso, serão utilizados três eixos de indicadores: avaliação sobre a União Europeia (soberania), percepção da corrupção e avaliação da democracia. Dados sobre a União Europeia foram trazidos pelo fato de que as medidas de austeridade fiscal que atingem duramente os espanhóis foram decretadas de cima para baixo pelo governo espanhol em concertação com a UE (PEREIRA, 2015), o que pode ser um indício de alteração da avaliação dos espanhóis em relação a essa organização supranacional. Nesse sentido, o Gráfico 1 aponta que houve uma mudança de percepção dos espanhóis em relação ao impacto das decisões tomadas em âmbito da União Europeia sobre a Espanha.

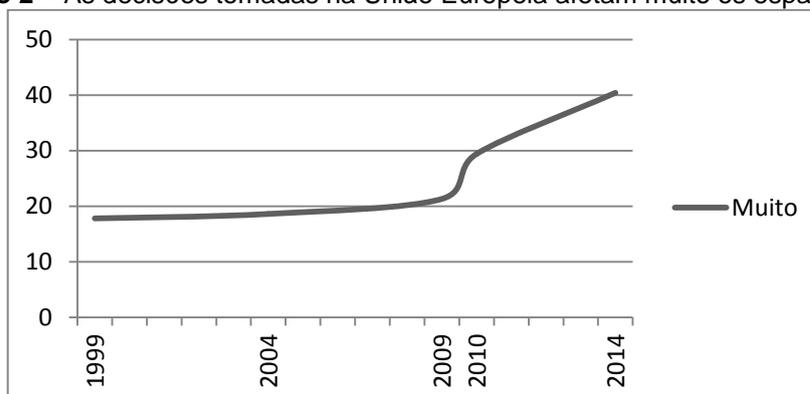
Gráfico 1 – Grau em que as decisões tomadas na União Europeia afetam os espanhóis (%)



i Não existem dados para os anos 2000, 2001, 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2011, 2012 e 2013.

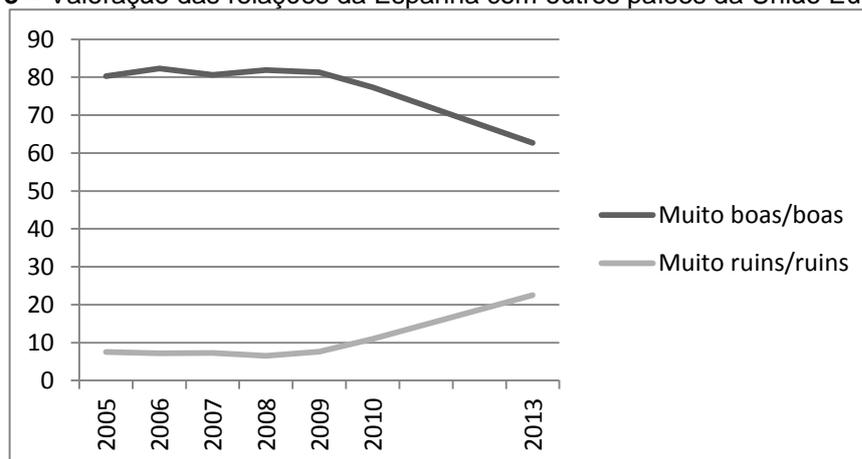
Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

O Gráfico 1 indica que houve um aumento da porcentagem de espanhóis que passaram a perceber que as decisões em âmbito de UE possuem um grande ou considerável impacto em suas vidas a partir de 2009. O aumento parece não ser muito significativo, porém, considerada apenas a porcentagem de entrevistados que responderam que as decisões tomadas em âmbito de União Europeia afetam *muito* os espanhóis, essa tendência fica mais clara, como expõe o Gráfico 2.

Gráfico 2 – As decisões tomadas na União Europeia afetam muito os espanhóis (%)

i Não existem dados para os anos 2000, 2001, 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2011, 2012 e 2013.
 Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

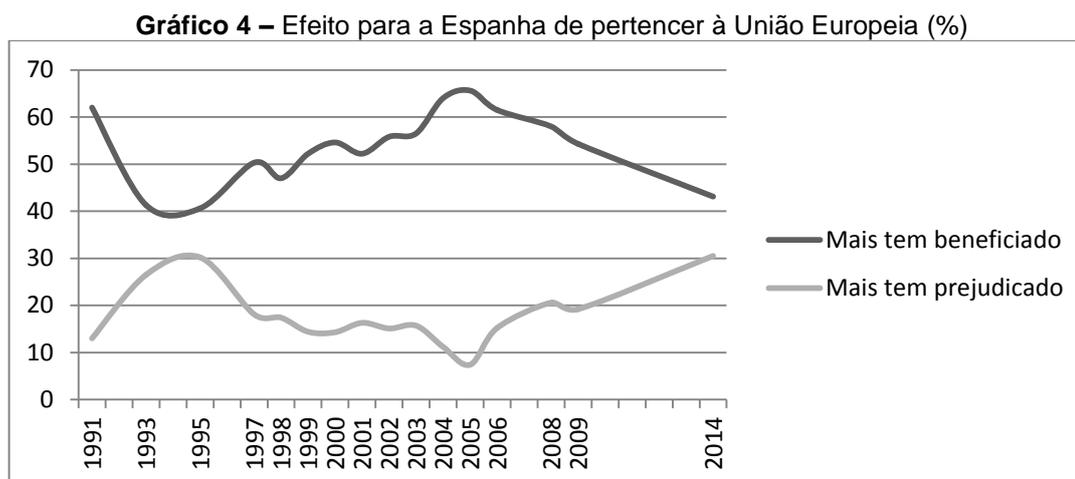
O Gráfico 2 aponta que se até 2009 cerca de 20% dos espanhóis acreditavam que as decisões tomadas pela União Europeia afetavam *muito* as suas vidas, em 2014 essa porcentagem aumentou para mais de 40%, o que evidencia claramente uma mudança do posicionamento dos espanhóis em relação a essa instituição no sentido de reconhecimento da importância das suas decisões para a vida do povo espanhol. Por sua vez, no Gráfico 3, perguntou-se aos cidadãos se consideravam que as relações entre a Espanha e o restante da União Europeia eram muito boas, boas, ruins ou muito ruins.

Gráfico 3 – Valoração das relações da Espanha com outros países da União Europeia (%)

i Não existem dados para os anos 2011 e 2012.
 Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

O Gráfico 3 assinala que a partir de 2008 houve um movimento de redução da porcentagem de espanhóis que consideram as relações entre a Espanha e outros países da União Europeia boas ou muito boas, apesar de ainda haver uma alta

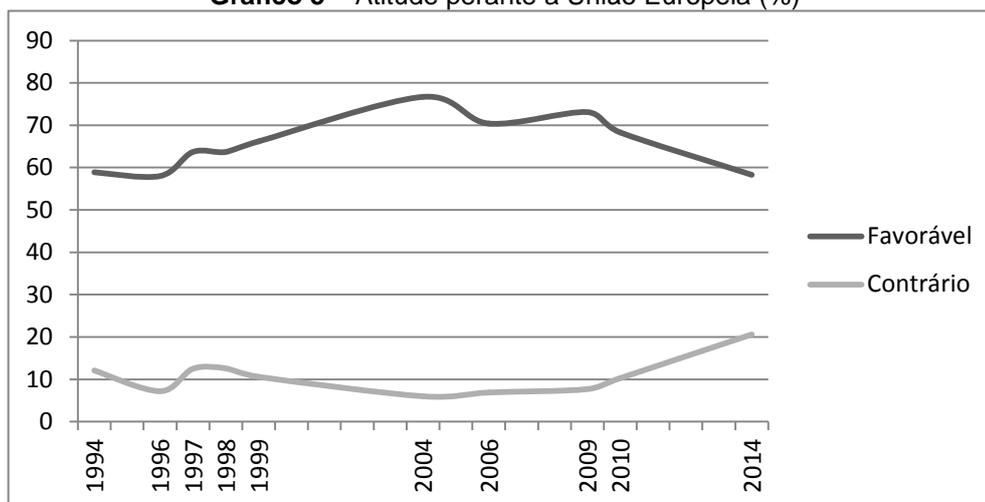
percepção positiva entre os hispanos de que os vínculos com outros países da União Europeia, uma vez que em 2013 mais de 60% dos espanhóis acredita que as relações entre Espanha e União Europeia eram boas ou muito boas. Ainda sobre a União Europeia, perguntou-se aos espanhóis se a principal consequência do pertencimento da Espanha a essa organização supranacional, em linhas gerais, era benéfica ou prejudicial ao país. O resultado é exposto no Gráfico 4.



i Não existem dados para os anos 1992, 1994, 1996, 2007, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

O Gráfico 4 sinaliza que a partir de 1995 houve uma tendência de elevação da porcentagem de hispanos que acreditavam que a União Europeia beneficiava a Espanha. Depois de 2005, ocorreu movimento inverso, no sentido de elevação do sentimento de que a União Europeia prejudicava a Espanha, até que em 2014 o índice de espanhóis que considerava que a UE mais prejudicava o país era de 30,5%, enquanto que a parcela de espanhóis que avaliava a UE como benéfica à Espanha era de 43,1%. Ou seja, apesar da redução do índice, mais de 40% dos cidadãos ainda acreditam que a permanência ao bloco é mais favorável do que prejudicial à Espanha. O Gráfico 5 mostra as atitudes dos espanhóis em relação ao bloco.

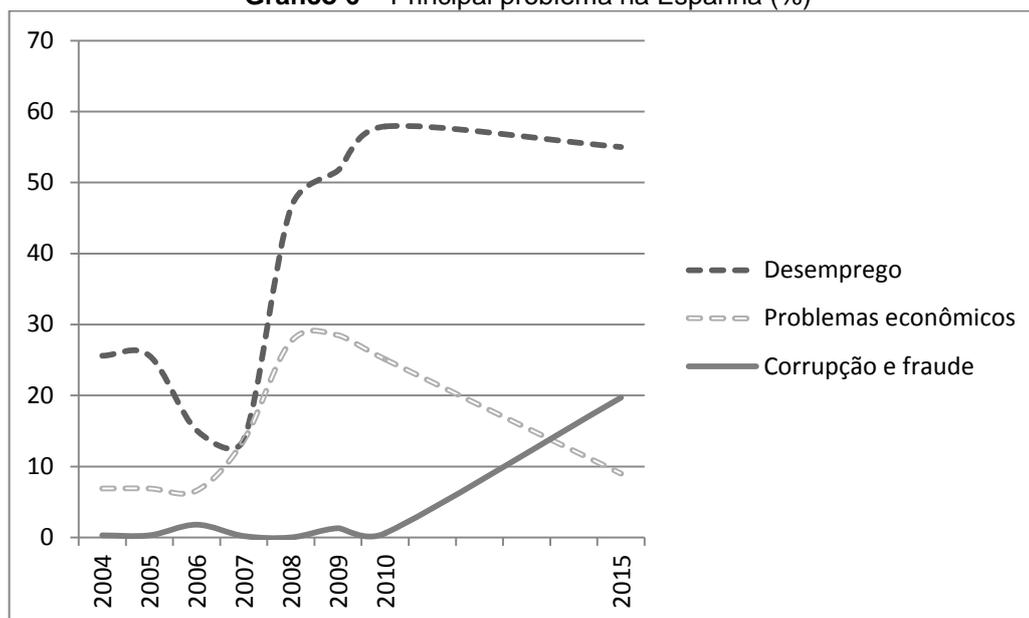
Gráfico 5 – Atitude perante a União Europeia (%)

i Não existem dados para os anos 1995, 2000, 2001, 2002, 2003, 2005, 2007, 2008, 2011, 2012 e 2013.

Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

O Gráfico 5 indica que, a despeito de uma tendência de queda do apoio ao pertencimento da Espanha à União Europeia, a grande maioria (quase 60%) dos entrevistados alega ser favorável ao pertencimento da Espanha à União Europeia. A análise dos gráficos 1, 2, 3 e 4 conjuntamente leva à conclusão de que nos últimos anos os espanhóis passaram a perceber mais a importância das decisões da União Europeia sobre a Espanha e passaram a avaliar que as relações da Espanha com o restante dos países da UE não são mais tão boas quanto em anos anteriores. Além disso, tem aumentado a ideia de que a União Europeia mais prejudica do que beneficia a Espanha. Ou seja, nos últimos anos a percepção dos espanhóis em relação à UE mudou significativamente, tornando-se mais negativa. Ainda que em um menor nível, essa mudança também é visível na atitude dos espanhóis em relação ao bloco. Até 2005, a média dos que se diziam contrários ao pertencimento à União Europeia era de cerca de 10%. Em 2014, esse índice ficou em torno de 20%. De outro lado, os que são favoráveis à manutenção da Espanha como membro da UE ainda são a grande maioria, cerca de 60% em 2014.

Os escândalos de corrupção que vieram à tona nos últimos anos na Espanha podem também indicar que houve uma mudança no posicionamento dos espanhóis em relação a esse tema. Para isso, perguntou-se aos cidadãos hispanos qual consideravam o problema mais importante na Espanha. O resultado está no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Principal problema na Espanha (%)

i Não existem dados para os anos 2011, 2012, 2013 e 2014.

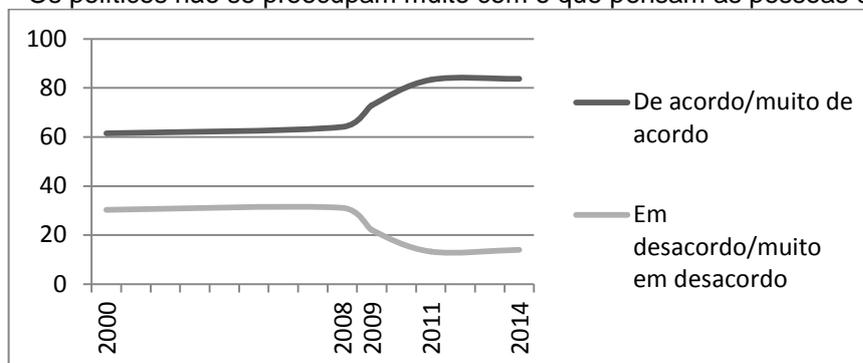
Fonte: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2015a.

O Gráfico 6 aponta que na avaliação dos espanhóis o principal problema do país é sem dúvida o desemprego, enquanto que a corrupção e/ou a fraude ficam em segundo lugar em 2015. Vale lembrar que em 2004, apenas 0,3% dos entrevistados consideravam a corrupção/fraude o maior problema da Espanha; em 2015 esse índice aumentou para quase 20%. Enquanto a corrupção é cada vez mais vista como um dos principais problemas para o país, “problemas econômicos” de maneira geral curiosamente caíram de segundo para terceiro no *ranking* de maior problema do país para os espanhóis em meio à crise econômica. Além disso, o terrorismo e a imigração (que não aparecem no gráfico), que representavam juntos 34% das respostas em 2004, foram quase que esquecidos pelos espanhóis em 2015 (0,2% das respostas, somados). Assim, a cultura política espanhola sofreu uma mudança significativa em relação à percepção da corrupção/fraude como um problema do país entre os anos de 2010 e 2015: os cidadãos deixaram de lado alguns problemas de outrora para considerar a corrupção/fraude a segunda maior dificuldade da Espanha, longe, ainda, do desemprego, visto por mais da metade dos espanhóis como o problema mais grave enfrentado pela população espanhola.

O terceiro eixo da análise de dados se refere a um possível *déficit* democrático experimentado pela Espanha nos últimos anos. Esse eixo se justifica pela rejeição dos espanhóis à política tradicional e ao sistema partidário demonstrada nas praças do país durante o movimento dos Indignados. A

investigação se concentra em examinar como os espanhóis percebem os políticos, a democracia e os partidos no país. Inicialmente se verificará o ceticismo dos espanhóis em relação aos políticos, como apontado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Os políticos não se preocupam muito com o que pensam as pessoas como eu (%)

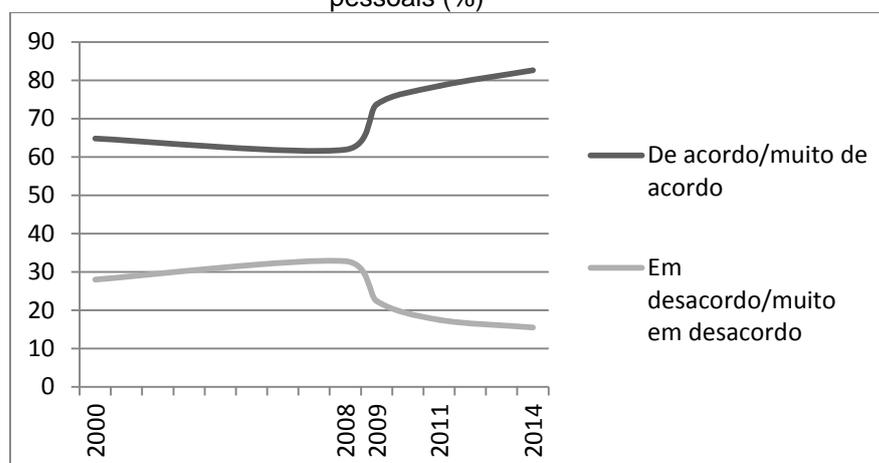


i Não existem dados para os anos de 2001 a 2007, 2010, 2012 e 2013.

Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

O Gráfico 7 assinala que o ceticismo dos espanhóis em relação aos políticos vem aumentando expressivamente nos últimos anos. A porcentagem de espanhóis que estavam *de acordo* ou *muito de acordo* com a afirmação de que os políticos não se preocupam muito com o que pensam as pessoas “como elas” consistia em 83,7% das respostas em 2014, ou seja, a grande maioria da população acredita que os políticos não se preocupam com o que pensa a população. O Gráfico 8 complementa essa análise.

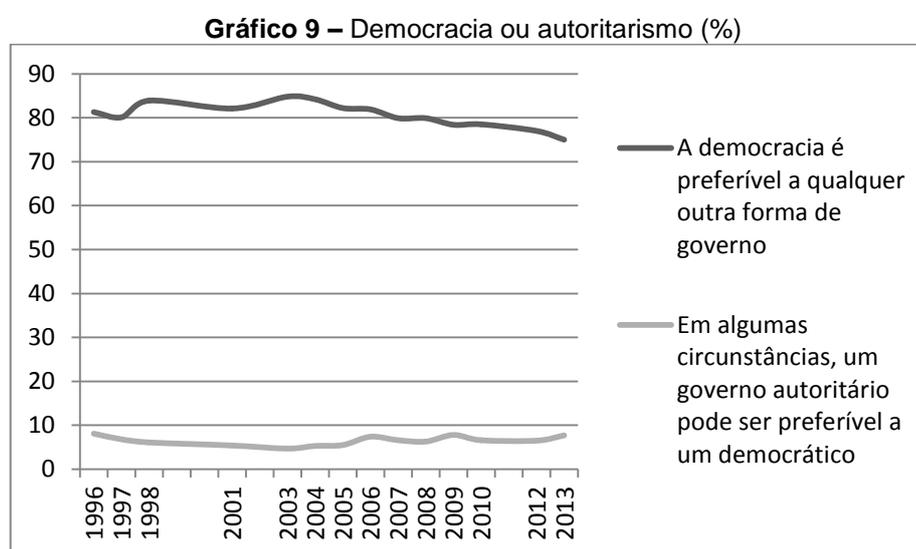
Gráfico 8 – Independentemente de quem esteja no poder, sempre busca seus interesses pessoais (%)



i Não existem dados para os anos de 2001 a 2007, 2010, 2012 e 2013.

Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

O Gráfico 8 evidencia um descrédito generalizado dos espanhóis em relação às intenções dos políticos, que vem em uma tendência ascendente a partir de 2008, até culminar, em 2014, em uma taxa de mais de 80% dos respondentes alegando estar *de acordo* ou *muito de acordo* com a frase “independente de quem esteja no poder, sempre busca seus interesses pessoais”. O Gráfico 8 é convergente com o Gráfico 7 no sentido de reforço da tendência de elevação do ceticismo em relação aos políticos a partir de 2008. Será que essa elevação do ceticismo dos espanhóis em relação aos políticos atingiu também o regime político de modo geral? O Gráfico 9 mostra as preferências dos espanhóis em relação à democracia ou a um regime autoritário.

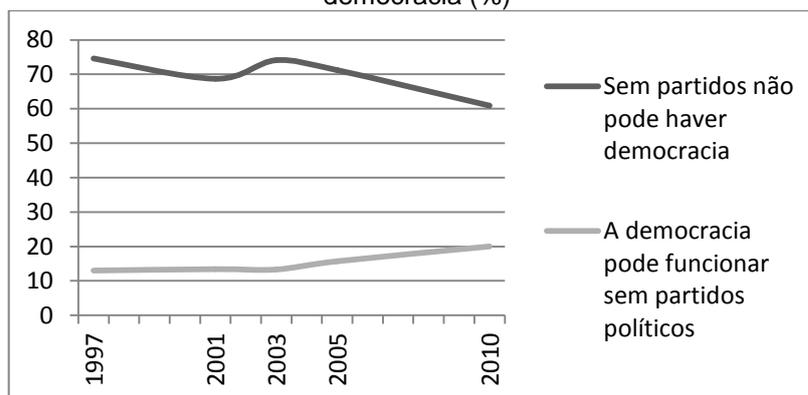


i Não existem dados para os anos de 1999, 2000, 2002 e 2011.

Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

O Gráfico 9 revela que entre 1996 e 2013 a média de espanhóis que afirmou que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo girou em torno de 80%, com uma queda leve a partir de 2008. Isso indica maturidade dos espanhóis no sentido de não direcionar o descrédito em relação aos políticos para o regime político em geral. Ou seja, mesmo com ideia de que os políticos comportam-se de maneira autointeressada e que não se importam com as pessoas comuns, a grande maioria dos espanhóis continua acreditando que a democracia é sempre a melhor forma de governo. E nesse contexto como ficam os partidos políticos aos olhos dos espanhóis? O Gráfico 10 mede a opinião sobre a necessidade de haver partidos políticos para a democracia.

Gráfico 10 – Opinião acerca da necessidade de existência de partidos políticos para que exista democracia (%)

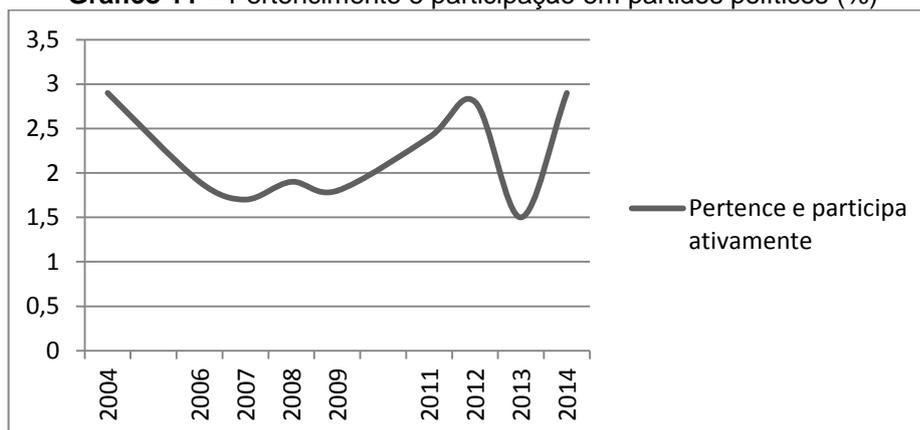


i Não existem dados para os anos de 1998 a 2000, 2002, 2004 e 2006 a 2009.

Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

O Gráfico 10 sinaliza que a maior parte dos espanhóis concorda com a famosa frase de Schattschneider (2009) de que a democracia moderna é impensável salvo em termos de partidos políticos, isto é, a maioria dos espanhóis continua acreditando que os partidos políticos são fundamentais para que exista democracia. Apesar disso, houve um pequeno aumento daqueles que responderam que a democracia pode funcionar sem partidos políticos, chegando a 20% em 2010. Para avaliar a participação efetiva dos espanhóis em partidos, o Gráfico 11 mostra a porcentagem de espanhóis que é membro de algum partido político.

Gráfico 11 – Pertencimento e participação em partidos políticos (%)

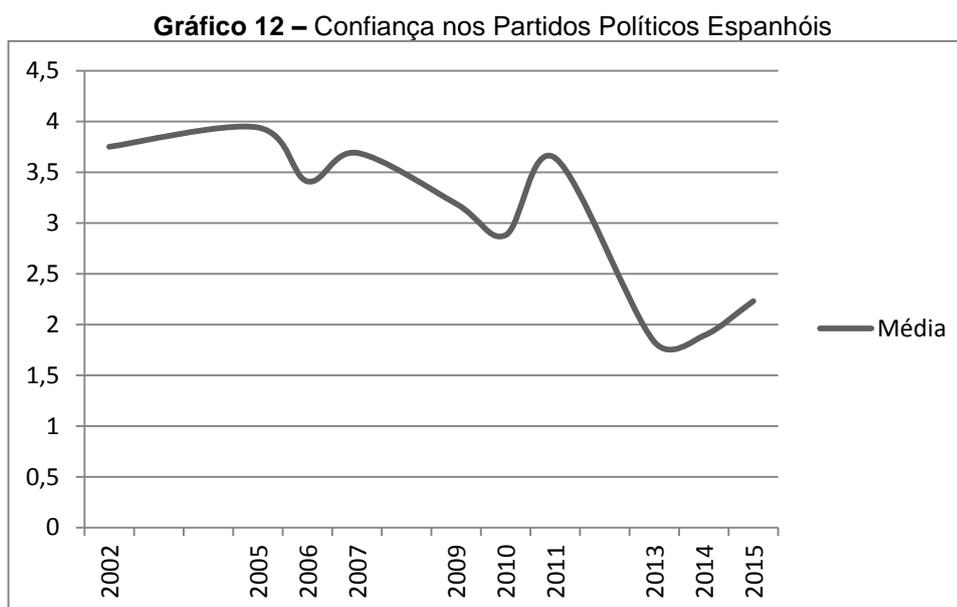


i Não existem dados para os anos de 2005 e 2010.

Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

O Gráfico 11 indica que apenas uma pequena minoria de espanhóis participa ativamente de partidos políticos, com uma média de apenas 2% que são membros e também participam ativamente. Esse índice baixíssimo, inclusive se comparado com outros países europeus, não sofreu alteração significativa entre 2004 e 2014. Sobre

a confiança nos partidos, o índice de confiança dos espanhóis nos partidos políticos é baixo, a despeito de não representar uma característica exclusivamente espanhola²⁶, segundo levantamento do *World Values Survey* em 2011. Para avançar um pouco mais no tempo, até 2014, foram trazidos dados elaborados pelo *Centro de Investigaciones Sociológicas*. Esta escala possui valores entre zero e dez. Zero significa nenhuma confiança e dez representa plena confiança nos partidos políticos espanhóis. A média de respostas está demonstrada no Gráfico 12.



i Não existem dados para os anos de 2003, 2004, 2008 e 2012.
 Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015a.

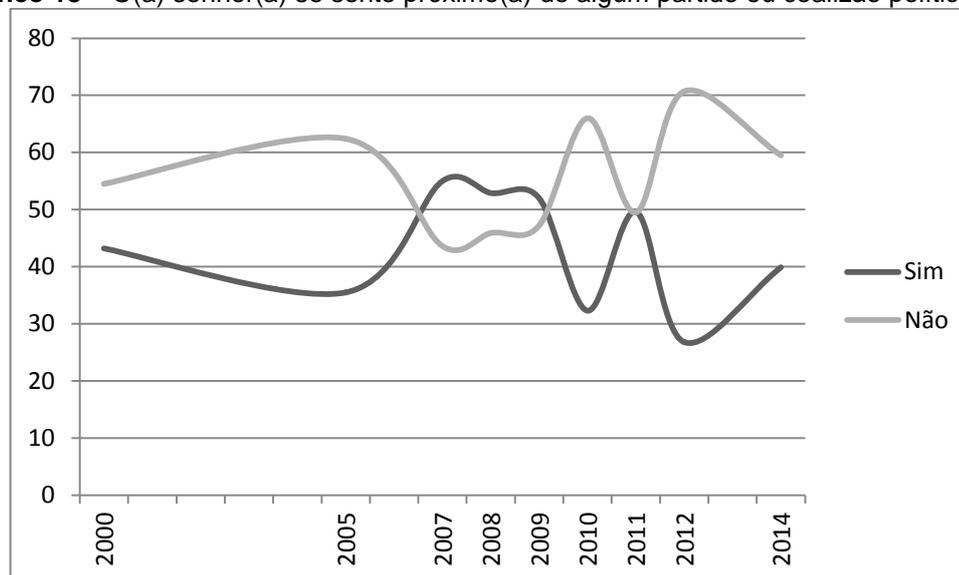
O Gráfico 12 aponta que a média de confiança nos partidos políticos da Espanha, que desde 2002 apresenta valores bastante baixos, inclusive se comparada com outras instituições²⁷, despencou a partir de 2011. Em uma escala de zero a dez, os índices de confiança situaram-se em patamares menores do que dois em 2013 e 2014, o que sinaliza para uma crise de representatividade dessas organizações de mediação política. Estudos demonstram que os laços dos partidos com os cidadãos vêm enfraquecendo nos países ocidentais, o que gera um aumento da volatilidade eleitoral (DALTON, 2000). A consequência disso é a incapacidade dos partidos em integrar politicamente e mobilizar os cidadãos, o aumento dos níveis de sentimentos antipartidários e a redução do comparecimento eleitoral. O

²⁶ Para quadro completo, ver Apêndice B.

²⁷ Ver Apêndice A.

sentimento de proximidade dos eleitores com algum partido ou coalizão política é medido no Gráfico 13.

Gráfico 13 – O(a) senhor(a) se sente próximo(a) de algum partido ou coalizão política? (%)



i Não existem dados para os anos de 2001 a 2004, 2006 e 2013.
 Fonte: *Centro de Investigaciones Sociológicas*, 2015.

A interpretação do Gráfico 13 indica que parece haver um fator sazonal que influencia no acercamento dos espanhóis em relação a algum partido ou coalização política. Em anos de eleições gerais (como 2007 e 2011) houve uma aproximação dos cidadãos com algum partido, tendência que é compensada por uma disposição de distanciamento nos demais anos. Em 2014, houve uma reaproximação dos espanhóis com os partidos. Isso pode indicar apenas outro pico sazonal de aproximação ou o reestabelecimento de vínculos entre as legendas e a sociedade civil que haviam se perdido nos últimos anos.

Os dados sobre partidos políticos espanhóis vão ao encontro do cenário encontrado na América Latina, onde, a situação dos partidos é ambígua perante os cidadãos: por um lado, consideram que os partidos desempenham papel central na política contemporânea; por outro, mostram profunda decepção com a sua efetividade na promoção de mediação política, avaliam seu desempenho como insuficiente e consideram pouco viável que a sua atuação promova fortalecimento democrático (BAQUERO; BORBA, 2008).

Assim, a análise dos três eixos de indicadores aponta para mudanças significativas na cultura política espanhola nos últimos anos. Sobre o primeiro eixo, fica evidente que a avaliação sobre a União Europeia se tornou mais negativa,

apesar de a maior parte dos espanhóis ainda considerar que a Espanha deve permanecer nessa organização supranacional. Acerca do segundo eixo, a corrupção é cada vez mais considerada como o principal problema do país para os espanhóis, restando atrás apenas do desemprego, o que evidencia uma mudança de avaliação bastante significativa dos espanhóis sobre esse tema, já que não viam a corrupção ou fraude como principais problemas do país até 2010. Em relação ao terceiro eixo de análise, avaliação da democracia, salta aos olhos o ceticismo generalizado em relação aos políticos e a alta desconfiança em relação aos partidos políticos. Esse descrédito em relação à política não representa um desgaste do regime político democrático. Além disso, a despeito de toda a desconfiança em relação às legendas políticas e a pouca participação dos espanhóis nos partidos, ainda assim, a existência de partidos é considerada fundamental para que exista democracia para a maior parte da população da Espanha.

Ou seja, a cultura política espanhola passou por alterações significativas após 2008, fornecendo elementos, para mudanças no sistema partidário. Assim, os dados apontam para a confirmação da hipótese de pesquisa. O quanto essas mudanças tiveram impacto sobre as transformações por que passa o sistema partidário espanhol, como a ascensão do Podemos, poderá ser analisado em estudos posteriores, sem desconsideração da crise econômica e do desemprego que abalam o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O descrédito generalizado em relação aos políticos, a desconfiança cada vez maior nos partidos políticos, a consideração cada vez maior pelos espanhóis da corrupção como o principal problema do país (atrás apenas do desemprego) e uma visão mais negativa sobre a União Europeia indicam que a cultura política espanhola passou por alterações significativas nos últimos anos. Isto é, a análise de dados aponta para a comprovação da hipótese de pesquisa. O quanto essa transformação cultural impactou nas alterações do sistema partidário espanhol, como a ascensão do Podemos, um partido recém-nascido que já governa duas das principais cidades espanholas, poderá ser examinado em pesquisas posteriores.

Katz e Mair (1995) acreditavam que um apelo parecia especialmente efetivo na mobilização de apoio nas democracias europeias: a quebra do modelo de política estabelecida. E o Podemos tem obtido sucesso em advogar a quebra do bipartidarismo existente na Espanha desde a redemocratização na década de 1970. Mas que tipo de partido é esse que chama os dois principais rivais de “casta”? Difícil seria enquadrá-lo em uma das tantas tipologias partidárias existentes. Sugerir mais uma tipologia parece pouco útil, além de soar pretensioso demais. Apesar disso, alguns elementos apontam que o Podemos pode ser considerado um partido de *tipo novo*, que busca resgatar os vínculos com a sociedade civil, justamente o que os principais partidos espanhóis haviam perdido na sua trajetória para a cartelização. O nascimento a partir de um grupo de professores universitários que nunca haviam ocupado cargos eletivos, o fomento à participação política através dos círculos, a transformação da linguagem política tradicional, o protagonismo dos jovens e o uso intensivo da *Internet* (tanto para divulgação da sua mensagem como meio de discussão e votação) são elementos sem paralelo na democracia espanhola. O financiamento pelos próprios membros ou simpatizantes aproxima o Podemos dos *partidos de massas*, através de um resgate da importância da militância para a sustentação financeira do partido, ao mesmo tempo em que reduz a sua dependência dos recursos do Estado. No entanto, o Podemos combina o novo com alguns elementos antigos e até “desdemocratizantes”, como o fortalecimento da liderança única de Pablo Iglesias e a tendência à moderação do discurso e do programa à medida que a sua chegada ao Governo da Espanha se torna mais próxima, passando por cima da democracia interna do próprio partido.

Quanto às teorias sobre surgimento de novos partidos políticos, o Podemos pode ser considerado um exemplo de *Break-in party*. Os *Break-in parties* são basicamente aqueles que possuem capacidade de desafiar o *status quo* e de incorporar novas elites ao sistema político (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013), e o Podemos é inovador em ambos os aspectos. Em relação ao desafio ao sistema partidário, a legenda pode ser considerada anti-*status quo*, na medida em que busca modificar as posições dentro do sistema político pela mobilização popular. Sua relevância eleitoral tanto nas eleições para o Parlamento Europeu como nas eleições municipais de 2015 proporciona ao Podemos uma grande capacidade de desafiar o sistema partidário vigente. Acerca da composição das elites, a legenda tem origem externa (DUVERGER, 1970), baseada em um grupo de professores universitários que nunca ocuparam cargos eletivos. Dessa forma, o Podemos possui capacidade de quebrar o sistema bipartidário espanhol. Porém, já faz acordos com essa mesma “casta” que alega combater, a exemplo a coalizão com o PSOE para governar a cidade de Barcelona.

Dentro do debate acadêmico sobre crise ou adaptação dos partidos, o Podemos é um caso que fortalece os argumentos dos que acreditam que os partidos estão se revitalizando, sobretudo através do reestabelecimento dos vínculos com a sociedade civil que haviam se perdido nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, é um exemplo que enfraquece as justificativas daqueles que alegam que os partidos estão em crise e serão substituídos por movimentos e outras formas de organização social, como Lawson e Merkl (1988). Assim, a célebre frase de Schattschneider (2009) de que os partidos políticos criaram a democracia, e que a democracia moderna é impensável salvo em termos de partidos continua válida. A indefinição do conceito de partido político reforça essa linha de pensamento: mesmo que essas instituições de representação mudem completamente, continuarão inseridas dentro do conceito de partidos, tendendo a não desaparecer.

Na Espanha, a partir de 2011 o movimento dos *Indignados* mostrou que havia uma insatisfação muito grande com a política tradicional e com a política de austeridade econômica, e o Podemos surgiu como uma alternativa política a essa indignação. No Brasil, essa insatisfação foi posta nas ruas em 2013, nos maiores protestos desde as manifestações pró-*impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992. As “Jornadas de Junho” de 2013 expressaram o descontentamento dos brasileiros principalmente com a qualidade dos serviços

públicos, a corrupção e os partidos e políticos tradicionais, mas sem um horizonte definido. Porém, algumas alternativas políticas estão sendo gestadas, inclusive com referência no Podemos. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), por exemplo, quer aproveitar a ascensão da “esquerda antiausteridade” na Europa para ocupar um espaço maior na política brasileira. Membros do PSOL estiveram reunidos em janeiro de 2015 com os principais nomes do Syriza – partido grego que elegeu o primeiro-ministro do país, Alexis Tsipras – e com Pablo Iglesias, líder do Podemos (BEDINELLI, 2015). Ambos os partidos são vistos como “irmãos” para a legenda brasileira. Em março de 2015, a deputada federal Luiza Erundina apresentou um manifesto para a criação de um novo partido inspirado no Podemos, o Raiz Movimento Cidadanista, organizado por dissidentes da Rede Sustentabilidade e do PSB – Partido Socialista Brasileiro (NASCIMENTO, 2015). Dessa forma, para o Brasil, o estudo do Podemos possui dupla importância. Primeiro, o partido espanhol tem servido de referência para algumas siglas e movimentos brasileiros. Em segundo lugar, do ponto de vista das relações exteriores, pelo programa do partido infere-se que um possível governo do Podemos envidará esforços para estreitar ainda mais os vínculos com a América Latina, o que pode fomentar as relações políticas e comerciais entre Brasil e Espanha.

O Podemos já obteve sucesso em resgatar a esperança de muitos espanhóis de mudança através da política. Resta saber em que medida o Podemos de fato irá promover o “resgate cidadão” que tanto profere. Será que uma possível ascensão do Podemos ao Governo da Espanha representará mudança de rumos do país, como a redução das desigualdades sociais, a recuperação econômica, a melhora da qualidade da democracia espanhola, o combate à corrupção e à fraude e o aumento da participação política? Será que o Podemos pode ajudar a reconquistar a confiança dos espanhóis nos partidos políticos? Ou a almejada “chegada ao Palácio” tornará o Podemos cada vez mais parecido com a “casta” que diz combater, e isso representará mais um desencanto político ao povo espanhol, assim como fora a ascensão do PSOE na década de 1980? Será que a diluição das propostas “radicais” à medida que o poder se aproxima indica que apesar do rótulo da mudança, o Podemos veio para trazer estabilidade social e deixar as coisas como estão, em uma tônica onde se alteram os atores para o teatro continuar o mesmo? São perguntas que o tempo responderá, mas dificilmente a política na Espanha voltará ao ponto em que se encontrava antes da irrupção do Podemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHCAR, Gilbert et al. **Apoyo Internacional a Podemos**. 12 jun. 2014. Disponível em: <<https://apoyointernacionalapodemos.wordpress.com/>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sydney. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little, Brown and Company, 1965.

ARANGUREN, José Luis. 1991. Moral Española de la Democracia: 1976-1990. **Claves de Razón Práctica**. v. 1, n. 2-8, p. 37-42. Disponível em: <http://www.march.es/recursos_web/culturales/documentos/conferencias/resumenenesBIF/98.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2015.

ARRIAGA, Manuel. **Rebooting Democracy**: a citizen's guide to reinventing politics. London: Thistle Publishing, 2014.

BANFIELD, Edward. **The Moral Basis of a Backward Society**. Nova Iorque: The Free Press, 1958.

BAQUERO, Marcello. **A Vulnerabilidade dos Partidos Políticos e a Crise da Democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

BAQUERO, Marcello. **Qual Democracia para a América Latina?** Capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. 160 p.

BAQUERO, Marcello; BORBA, Julian. A (Re)Valorização dos Partidos Políticos no Brasil via Capital Social. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/1475/1102>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BEDINELLI, Talita. PSOL quer aproveitar a ascensão da esquerda antiausteridade europeia. **El País**. São Paulo, 31 jan. 2015. El País Brasil. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/30/politica/1422631949_700880.html>. Acesso em: 23 maio 2015.

BELLEFLAME, Paul; LAMBERT, Thomas; SCHWIENBACHER, Armin. **Crowdfunding**: an industrial organization perspective. *Paper* present in Digital Business Models: understanding strategies. Paris, 25 jun. 2010. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Paul_Belleflamme/publication/228468454_Crowdfunding_An_Industrial_Organization_Perspective/links/02bfe5146fedab2af1000000.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 1995. Tradução de Marco Aurélio Nogueira.

BRAGA, Ruy. Organizando a Indignação. **Blog da Boitempo**, São Paulo, p. 1, 10 nov. 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/11/10/organizando-a-indignacao/?blogsub=confirming#blog_subscription-3>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BRAGA, Ruy. Para Onde Vai o Precariado Brasileiro? Sindicalismo e hegemonia no Brasil contemporâneo. **Perseu**: História, Memória e Política, v. 7, n. 10, p. 141-155, nov. 2013. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/6.perseu10.braga.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BURKE, Edmund. **Thoughts on the Cause of the Present Discontents**: hoc vero occultum, intestinum, domesticum malum, non modo non existit, verum etiam opprimit antequam perspicere atque explorare potueris. London: J. Dodsley, 1770. 3. ed. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=kbouAAAAMAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PP1>. Acesso em: 21 mar. 2015.

CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS. **Nota de Investigación sobre la Metodología General de los Barómetros Mensuales del Centro de Investigaciones Sociológicas**, 2011. Disponível em: <http://www.cis.es/cis/export/sites/default/-Archivos/NotasdeInvestigacion/NI004_MetodologiaBarometros_Informe.pdf>. Acesso em 19 jul. 2015.

CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS. **Barómetro de octubre 2014**. Estudios. Out. 2014. Disponível em: <http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14119>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS. **Serie Escala de confianza (0-10) en instituciones y grupos sociales: partidos políticos**, 2015a. Disponível em: <<http://www.analisis.cis.es/cisdb.jsp>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS. **Barómetro de abril**, 2015b. Avance de resultados: tabulación por recuerdo de voto y escala de ideología política. Estudio nº 3080. Disponível em: <http://datos.cis.es/pdf/Es3080rei_A.pdf>. Acesso em: 16 maio 2015.

CHARLOT, Jean. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. 223 p.

CREWE, Ivor; DENVER, David (Org.). **Electoral Change in Western Democracies: patterns and sources of electoral volatility**, New York: Martin's Press, 1985.

CUÉ, Carlos. El PP Flirtea con un Posible Pacto con el PSOE, Que lo Niega Rotundamente. **El País**, Madrid, 02 dez. 2014b. El País España. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2014/12/02/actualidad/1417514204_731107.html>. Acesso em: 06 jan. 2015.

CUÉ, Carlos. Rajoy: "Pido Disculpas en Nombre del PP a Todos los Españoles". **El País**, Madrid, 28 out. 2014a. El País España. Disponível em <http://politica.elpais.com/politica/2014/10/28/actualidad/1414509245_976462.html>. Acesso em: 26 fev. 2015.

DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin. **Parties without Partisans: political change in advanced industrial democracies** (Edit.). Oxford: Oxford University Press, 2000.

DOMÍNGUEZ CEBRIÁN, Belén. Líder do Podemos Dá 'Game of Thrones' ao Rei da Espanha. **El País**, 15 abr. 2015. El País Internacional. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/15/internacional/1429084156_284776.html>. Acesso em 03 maio 2015.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 465 p.

EL FENÓMENO de Podemos, el partido que sacude la política en España. **BBC**, 5 nov. 2014. BBC Mundo. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2014/11/141104_espana_podemos_partido_origen_nc>. Acesso em: 25 jan. 2015.

ELDERSVELD, Samuel. Party Identification in India in Comparative Perspective. **Comparative Political Studies**, Beverley Hills, v. 6, n .3, p. 271-295, out. 1973.

ELDERSVELD, Samuel. **Political Parties: a behavioral analysis**. Chicago: Rand McNally, 1964.

ELECCIONES municipales 2015. **El País**, Madrid, 27 maio 2015. Resultados 2015. Disponível em <<http://resultados.elpais.com/elecciones/2015/municipales/09/08/19.html>>. Acesso em 15 jun. 2015.

ESPAÑA. **La Constitución española**, 1978.

ESPAÑA. Orden HAP/555/2014, de 7 de abril de 2014. Se fijan las cantidades de las subvenciones a los gastos originados por actividades electorales para las elecciones al Parlamento Europeo de 25 de

mayo de 2014. **Boletín Oficial del Estado [de España]**. Madrid, ES, v. 1, n. 86, 9 abr. 2014, Sección: I, p. 29622-29623.

ESPAÑA: prefeitias 'indignadas' e de esquerda tomam posse em Madri e Barcelona. **Operamundi**, São Paulo, 13 jun. 2015. Europa. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/40689/espanha+prefeitas+indignadas+e+de+esquerd+a+tomam+posse+em+madri+e+barcelona.shtml>>. Acesso em 27 jun. 2015.

EUROSTAT, European Comission. **Euro-indicators/PEEIS. 2014.** Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/web/euro-indicators/peeis>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

FERNÁNDEZ NAYS, Antonio. Pablo Iglesias: "No Queremos Ser una Colonia de Alemania". **BBC**, Madri, 27 maio 2014. BBC Mundo. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2014/05/140527_espana_entrevista_pablo_iglesias_az>. Acesso em: 25 jan. 2015.

FOWLER, Donnie. Campaign 2008: Small Internet Donations Add Up. **CNET**. 16 jul. 2007. Tech Industry. Disponível em: <<http://www.cnet.com/news/campaign-2008-small-internet-donations-add-up/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

GAREA, Fernando. Podemos Lidera pela Primeira Vez as Intenções de Voto na Espanha. **El País**, Madri, 02 nov. 2014. El País Internacional. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/internacional/1414865510_731502.html>. Acesso em: 10 jan. 2015.

GÓMEZ, Luis; PÉREZ-LANZAC, Carmen. Os círculos do Descontentamento do Partido Revelação das Eleições Europeias, **El País**, Madri, 1º jun. 2014. El País Internacional. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/01/internacional/1401633562_146237.html>. Acesso em: 10 jan. 2015.

GUE/NGL, 2013. **Confederal Group of the European United Left/Nordic Green Left: another Europe is possible.** About. Disponível em: <<http://www.guengl.eu/group/about>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

HEYWOOD, Paul. Sleaze in Spain. **Parliamentary Affairs**, [S. l.], v. 48, n. 4, p. 726-737, oct. 1995.

HODGKIN. Thomas. **African Political Parties: an introductory guide.** Baltimore: Penguin Books, 1961. 217 p.

IGLESIAS, Pablo. Understanding Podemos. **New Left Review**, n. 93, p. 7-22, maio-jun. 2015. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/93/pablo-iglesias-understanding-podemos>>. Acesso em 14 jun. 2015.

JUNTA ELECTORAL CENTRAL, art. 127. 2015. Disponível em: <http://www.juntaelectoralcentral.es/portal/page/portal/JuntaElectoralCentral/Ley%20Org%C3%A1nica%20del%20R%C3%A9gimen%20Electoral%20General?_piref53_9636063_53_9634063_9634063.n_ext_page=/jec/ContenidoLeyRegimenElectoral&idContenido=54480&idLeyJunta=1&idLeyModificacion=19>. Acesso em 05 maio 2015.

JUVENTUD SIN FUTURO, 2011. Disponível em: <<https://twitter.com/juventudsin>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, London/Thousand Oaks/New Delhi, v. 1, n. 1, p. 5-28, jan. 1995.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. The Ascendancy of the Party in Public Office: party organizational change in twentieth-century democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan (eds.). **Political Parties: old concepts and new challenges.** Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 113-134.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana; LUCCA, Juan. Los Break-in Parties en América Latina: ¿éxito o fracaso? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 159-171, maio-ago. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/42030/26656>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

KEY, Valdimer. **Politics, Parties & Pressure Groups**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1964. 5ª Ed.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party. In: LaPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Org.). **Political Parties and political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1972. p. 137-176.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The Origin and Development of Political Parties. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Org.). **Political Parties and political Development**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 3-42.

LAWSON, Kay. When Parties Dedemocratize. In: LAWSON, Kay; MERKL, Peter. **When Parties Prosper: the uses of electoral success**. Boulder (Colorado): Lynne Rienner Publishers, 2007.L

LINZ, Juan. **Robert Michaels, Political Sociology and the Future of Democracy**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2006.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: an introduction. In: LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. **Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives**. New York/London: The Free Press, Macmillan Limited, 1967. p. 1-64.

MAIR, Peter. Party Organizations: from civil society to the state. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter. **How Parties Organize: change and adaptation in western democracies**. London: Sage Publications, 1994. p. 1- 21.

MANETTO, Francesco. Izquierda Anticapitalista Deja de Ser un Partido para Unirse a Podemos. **El País**, Madrid, 16 jan. 2015. El País España. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2015/01/16/actualidad/1421433539_275971.html>. Acesso em: 14 mar. 2015a.

MANETTO, Francesco. Monedero Dimite de la Dirección de Podemos Tras Criticar la Estrategia. **El País**, Madrid, 30 abr. 2015. El País España. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2015/04/30/actualidad/1430410083_018713.html>. Acesso em 03 maio 2015b.

MANETTO, Francesco. Por que o Podemos é um Verdadeiro Terremoto na Política Espanhola. **El País**, Madri, 21 dez. 2014. El País Brasil. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/21/politica/1419189066_419361.html>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MARRA, Agnese. Podemos: das calçadas para as urnas da Espanha. **Carta Capital**, 08 jun. 2014. Carta Capital Internacional. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/806/das-calçadas-para-as-urnas-1443.html>>. Acesso em 06 jun. 2015.

MARTÍNEZ, Josefina. La Asamblea de Podemos: entre la plaza y el palácio. **La Izquierda Diario**, Madri, 21 out. 2014. Estado Español. Disponível em: <<http://laizquierdadiario.com/La-Asamblea-de-Podemos-entre-la-plaza-y-el-palacio>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MARTÍNEZ LÓPEZ, Víctor Hugo. Partidos Políticos: un ejercicio de clasificación teórica. **Perfiles latino-americanos**, v. 17, n. 33, p. 39-63, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-76532009000100002&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MCDONOUGH, Peter et al. A Democratização Desencantada: a cultura política na Espanha pós-82. **Lua Nova**, n.26, p. 187-218, ago. 1992. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n26/a07n26.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

MICHELS, Robert. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Editora Senzala, 1970. 254 p.
MINISTERIO DEL INTERIOR DEL GOBIERNO DE ESPAÑA, 2013. Disponível em: <<http://www.infoelectoral.mir.es/web/guest/metodo-d-hondt>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

MINISTERIO DEL INTERIOR DEL GOBIERNO DE ESPAÑA, 2014. Consulta de Resultados Electorales. Disponível em: <<http://www.infoelectoral.interior.es/min/busquedaAvanzadaAction.html?vuelta=1&codTipoEleccion=7&codPeriodo=201405&codEstado=99&codComunidad=0&codProvincia=0&codMunicipio=0&codDistrito=0&codSeccion=0&codMesa=0>>. Acesso em: 1º jan. 2015.

MOISÉS, José Álvaro. **Os Brasileiros e a Democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995. 301 p.

MONEDERO, Juan Carlos. Para mi Amigo Pablo. **Comiendo Tierra**, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.comiendotierra.es/2015/04/30/para-mi-amigo-pablo/>>. Acesso em 03 maio 2015.

MORAIS, Maria; PACHECO, Filipe. Número Dois do Podemos Diz Que "Linha que Separa Direita da Esquerda Esgotou-se". **Jornal de Notícias**, Madri, 4 nov. 2014. Disponível em: <http://www.jn.pt/PaginalInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=4217736&page=-1>. Acesso em: 18 mar 2015.

MOVER FICHA, 2014. **Mover Ficha**: convertir la indignación en cambio político. Disponível em: <<http://tratarde.org/wp-content/uploads/2014/01/Manifiesto-Mover-Ficha-enero-de-2014.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MOZAFFAR, Shaheen; SCARRIT, James. The Puzzle of African Party Systems. **Party Politics**, London/ Thousand Oaks/New Delhi, v. 11, n. 4, jul. 2005, p. 399-421. Disponível em: <<http://ppq.sagepub.com/content/11/4/399.full.pdf+html>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

MUNCK, Gerardo; SNYDER, Richard. **Passion, Craft and Method in Comparative Politics**: interviews with Gabriel A. Almond et al. Baltimore (Maryland): Johns Hopkins, 2007.

NASCIMENTO, Fernanda. Raiz Movimento Cidadanista quer ser alternativa de esquerda. **Jornal do Comércio**, [s.l.], 15 jun. 2015. Política. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=199438>>. Acesso em 11 ago. 2015.

NAVARRO, Vicenç; TORRES LÓPEZ, Juan. **Un Proyecto Económico para la Gente**: democratizar la economía para salir de la crisis mejorando la equidad, el bienestar y la calidad de vida. Una propuesta de debate para solucionar los problemas de la economía española. Nov. 2014. Disponível em: <<http://estaticos.expansion.com/opinion/documentosWeb/2014/11/28/DocumentoEconomicoNavarroTorres.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

PEREIRA, Henrique G. Podemos: a emergência de uma nova ferramenta político-social em Espanha. **Polém!ca**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/16004/12052>>. Acesso em 30 maio 2015.

PÉREZ, Roberto. Podemos Perderá Casi un Millón y Medio de Euros de Subvención Electoral, **ABC.es**, 2 jun. 2014. España Política. Disponível em: <<http://www.abc.es/espana/20140602/abcipodemos-gran-negocio-electoral-201405291226.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

PODEMOS, 2014. **Documento Final del Programa Colaborativo**. Disponível em: <<http://podemos.info/wordpress/wp-content/uploads/2014/05/Programa-Podemos.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

PODEMOS, 2015a. **Asamblea Ciudadana: resultados completos.** Disponível em: <<http://asambleaciudadana.podemos.info/resultados-completos/>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

PODEMOS, 2015b. **El Programa de Cambio: plan de rescate ciudadano. 215 Medidas para un proyecto de país.** Elecciones autonómicas de 2015. Disponível em: <http://podemos.info/wp-content/uploads/2015/05/prog_marco_12.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

PODEMOS, 2015c. **Transparencia: para velar por nuestra independencia, garantizar nuestro compromiso con la ciudadanía y ser la herramienta de cambio que queremos.** Cuentas del Partido. Disponível em: <<http://transparencia.podemos.info/>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

PODEMOS, 2015d. **¿Qué es Podemos?** Disponível em: <<http://podemos.info/conoce/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUERIDO, Fabio. Até Onde Podemos? **Carta Maior**, Madri, 05 dez. 2014. Carta Maior Internacional. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Ate-onde-Podemos-6/32362>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

RAMIRO, Luis; MORALES, Laura. Spanish Parties and Democracy: weak party-society linkage and intense party-state symbiosis. In: LAWSON, Kay (Ed.). **Political Parties and Democracy**, Westport: Praeger/Greenwood Publishing Group, 2010. v. 2 (Europe). p. 71-95.

REVELES VÁZQUEZ, Francisco. Resenha de Moisei Ostrogorski: la democracia y los partidos políticos. **Revista Mexicana de Sociología** [on-line], v. 71, n. 4, p. 772-775, out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-25032009000400007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Onda Podemos. **Carta Maior**, 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-onda-Podemos/32260>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

SARAMAGO, José. Este Mundo da Injustiça Globalizada. **Carta Maior**. 18 jun. 2010. Texto lido no encerramento do Fórum Social Mundial de 2002. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Este-mundo-da-injustica-globalizada/12/15941>>. Acesso em 07 maio 2015.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários.** Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1982.

SCHATTSCHEIDER, Elmer Eric. **Party Government: american government in action.** New Brunswick (New Jersey): Transaction Publishers, 2009 (1942). 3ª impressão.

SCHMITTER, Philippe. Parties are Not What They Once Were. In: DIAMOND, Larry; GUNTHER, Richard Gunther (Eds). **Political Parties and Democracy.** Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2001.

URQUIZU, Ignacio. La Extraña Estimación del Centro de Investigaciones Sociológicas. **El País**, 4 fev. 2015. Blogs Sociedad. Disponível em: <<http://blogs.elpais.com/metroscopia/2015/02/la-extra%C3%B1a-estimaci%C3%B3n-del-cis.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

WATSON, John Broadus. Psychology as the Behaviorist Views It. **Psychological Review**, v. 20, p. 158-177. 1913.

WOLINETZ, Steven. Beyond the Catch-all Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: LINZ, Juan; MONTERO, Jose; GUNTHER, Richard (Eds.). **The Future of Political Parties.** Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 136-165. Disponível em: <<http://www.yorku.ca/sbohn/pols6425/Notes/Book%20Chapters/Wolinetz.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2015.

WORLD VALUES SURVEY. 2015. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>. Acesso em 18 jan. 2015.

APÊNDICE A – Confiança dos espanhóis em algumas instituições

		1990	1995	2000	2007	2011
ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS	Confia totalmente	-	5%	7%	7%	6%
	Confia em parte	-	34%	37%	47%	40%
UNIVERSIDADES	Confia totalmente	-	-	-	-	15%
	Confia em parte	-	-	-	-	59%
IMPRESA	Confia totalmente	8%	6%	3%	4%	2%
	Confia em parte	35%	36%	37%	36%	29%
POLÍCIA	Confia totalmente	4%	11%	9%	8%	9%
	Confia em parte	19%	50%	52%	54%	50%
GOVERNO ESPANHOL	Confia totalmente	4%	4%	8%	5%	2%
	Confia em parte	21%	26%	35%	39%	18%
IGREJAS	Confia totalmente	21%	17%	15%	9%	9%
	Confia em parte	23%	32%	27%	23%	19%
FORÇAS ARMADAS	Confia totalmente	8%	8%	7%	9%	9%
	Confia em parte	28%	34%	33%	42%	42%
TELEVISÃO	Confia totalmente	-	5%	3%	3%	2%
	Confia em parte	-	33%	35%	31%	27%
SINDICATOS	Confia totalmente	7%	4%	3%	3%	2%
	Confia em parte	32%	26%	28%	25%	20%
TRIBUNAIS	Confia totalmente	12%	8%	-	8%	7%
	Confia em parte	36%	37%	-	46%	33%
PARTIDOS	Confia totalmente	7%	1%	2%	2%	1%
	Confia em parte	25%	16%	24%	25%	14%
PARLAMENTO	Confia totalmente	5%	4%	7%	6%	3%
	Confia em parte	25%	31%	40%	44%	30%
GRANDES EMPRESAS	Confia totalmente	7%	4%	4%	4%	3%
	Confia em parte	34%	40%	37%	28%	30%
BANCOS	Confia totalmente	-	-	-	-	1%
	Confia em parte	-	-	-	-	15%
ORGANIZAÇÕES AMBIENTAIS	Confia totalmente	-	12%	9%	8%	7%
	Confia em parte	-	47%	47%	49%	49%
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	Confia totalmente	5%	3%	4%	4%	4%
	Confia em parte	28%	36%	36%	35%	35%
UNIÃO EUROPEIA	Confia totalmente	8%	6%	7%	6%	5%
	Confia em parte	38%	42%	43%	52%	46%

i A pergunta original era “Voy a enumerar una serie de instituciones y organizaciones. Para cada una de ellas, ¿podría decirme cuánta confianza tiene en ella: ¿mucha confianza, bastante confianza, no mucha confianza o ninguna confianza en absoluto?”

ii Para elaboração da tabela, o índice de confiança foi obtido através do somatório das respostas “mucha confianza” e “bastante confianza”.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Values Survey* (2015).

APÊNDICE B – Confiança nos partidos políticos por país

País	Valor	País	Valor	País	Valor	País	Valor	País	Valor
Eslovênia	-90	Brasil	-67	Equador	-53	Rússia	-41	Azerbaijão	-18
Tunísia	-84	Argentina	-66	Chipre	-52	Marrocos	-40	Gana	-16
Polônia	-79	Chile	-65	Trinidad e Tobago	-51	Nigéria	-37	Suécia	-13
Líbia	-78	Jordânia	-65	Armênia	-50	Paquistão	-36	Filipinas	-3
Peru	-77	Colômbia	-64	Alemanha	-50	Uruguai	-31	Ruanda	1
Iraque	-74	Nova Zelândia	-61	Taiwan	-48	Belarus	-29	Quirguistão	2
Romênia	-73	Egito	-59	Coréia do Sul	-47	Peru	-27	Cazaquistão	10
Estados Unidos	-73	Holanda	-58	Argélia	-44	Índia	-23	Malásia	24
Austrália	-72	Japão	-57	Hong Kong	-43	África do Sul	-23	Cingapura	39
Iémen	-70	México	-56	Estônia	-42	Zimbábue	-23	Uzbequistão	60
Espanha	-68	Ucrânia	-56	Líbano	-42	Tailândia	-23	China	61

i A pergunta original era “Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? Partidos políticos”.

ii A tabela foi elaborada atribuindo-se valores negativos às respostas “pouca” ou “nenhuma” confiança, enquanto que as respostas “confia totalmente” ou “confia em parte” foram classificadas como positivas. O índice é a diferença entre as respostas positivas e negativas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Values Survey* (2015).